



**AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ALENTEJO CENTRAL PARA O
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027**

RELATÓRIO FINAL

Fevereiro de 2020 (revisão de fevereiro de 2021)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DA REVISÃO DA EIDT DO ALENTEJO CENTRAL.....	5
3. SÍNTESE AVALIATIVA DA EIDT 2014-2020	7
4. REVISITANDO O DIAGNÓSTICO DO ALENTEJO CENTRAL.....	8
4.1. BASE ECONÓMICA	8
4.2. RECURSOS HUMANOS, QUALIFICAÇÕES E EMPREGO.....	11
4.3. INFRAESTRUTURAS, REDES E CONECTIVIDADE	13
4.4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	16
4.5. QUADRO INSTITUCIONAL	16
4.6. IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DE COVID 19	17
4.7. REVISÃO DA MATRIZ SWOT.....	18
5. PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	20
5.1. UM TERRITÓRIO VIRTUOSO, MAS PARADOXAL	20
5.2. OS GRANDES DESAFIOS PARA O FUTURO	20
5.3. ATIVOS ESTRATÉGICOS DO ALENTEJO CENTRAL.....	21
6. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2027	22
6.1. UMA VISÃO ORIENTADORA PARA A PRÓXIMA DÉCADA.....	22
6.2. DA VISÃO À AÇÃO	24
6.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	26
6.4. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	36
6.5. ENQUADRAMENTO NAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DE POLÍTICA EUROPEIA, NACIONAL E REGIONAL PARA 2027	38
6.6. RESULTADOS E METAS.....	41
ANEXOS.....	43
ANEXO I – ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DE NÍVEL EUROPEU, NACIONAL E REGIONAL PARA 2021-2027	44
ANEXO II – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE SUPORTE.....	48

Equipa técnica da Quatenaire Portugal

Artur Costa (coordenação), Andreia Magalhães, Elisa Pérez Babo, António Figueiredo, Mariana Rodrigues, Daniel Miranda, José Portugal, Catarina Braga e Filipa Barreira.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste relatório final, o resultado do trabalho de avaliação e atualização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Alentejo Central, elaborada para o período 2014-2020, tendo em vista a necessidade de enquadrar e posicionar esta sub-região no âmbito das políticas públicas e dos instrumentos de financiamento europeus do período 2021-2027.

A revisão da EIDT é essencialmente expedita, não só porque o prazo definido para o exercício de planeamento assim o exigia, como também porque a EIDT 2014-2020, atualmente em fase de implementação, é muito recente. A revisão assenta na sinalização das alterações entretanto observadas com implicações para a estratégia sub-regional e das tendências a merecer aprofundamento de análise, na reapreciação dos desafios formulados em 2014, distinguindo as situações de continuidade e as alterações mais sensíveis, e na antevisão das implicações das alterações sinalizadas em matéria de EIDT.

Não obstante o carácter expedito dos trabalhos, a reflexão - com os diversos parceiros regionais e no seio da equipa técnica - e os resultados agora sistematizados foram desenvolvidos presumindo que o alcance da EIDT pode ser mais amplo que o proporcionado pelos instrumentos de programação para o período 2021-2027.

A revisitação da EIDT Alentejo Central 2014-2020 tem, assim, um duplo objetivo:

- i) Por um lado, dar resposta ao processo de preparação da estratégia regional Alentejo 2030 e do PT 2030, procurando definir prioridades de intervenção das políticas públicas no território;
- ii) Por outro lado, trata-se de uma oportunidade para rever os desafios do Alentejo Central, após cerca de meia década de transformações e de, assim, afinar a estratégia de intervenção municipal e intermunicipal (no quadro da CIMAC) no território.

Um excessivo aprofundamento deste exercício de revisão, bem como qualquer tentativa de avançar para um nível de detalhe na formulação estratégica, seria inimigo da sua utilidade, quer como instrumento de suporte à preparação do próximo ciclo de políticas públicas, quer enquanto referencial para o desenvolvimento do Alentejo Central. Seria, além disso, um exercício extemporâneo, pois a EIDT 2014-2020 está numa fase de implementação que ainda não permite avaliar resultados, não sendo recomendado que se viole um princípio de estabilidade do planeamento, que é fundamental para o sucesso. O que pode, desde já, afirmar-se é que há significativas margens de progresso ao nível da operacionalização da estratégia através dos diversos instrumentos operacionais – PDCT, DLBC, PEDU, ... -, mas essas margens relacionam-se sobretudo com o modelo e a arquitetura da programação-gestão-monitorização, e não tanto com as apostas estratégicas da região.

Esses mesmos elementos de avaliação recomendam que a estratégia seja construída num modelo *bottom-up* (o que a região necessita e o que quer ser) e não de “territorialização” de políticas ou instrumentos nacionais e europeus; embora não ignore esse enquadramento: o Alentejo Central será proativo na definição-formatação dessas políticas e instrumentos, adaptando-os à sua EIDT, sem prejuízo dos inevitáveis e necessários ajustamentos que resultarão do processo de preparação da programação, que é um exercício de concertação.

Neste quadro, os princípios fundamentais seguidos na revisão-atualização da EIDT Alentejo Central 2027 foram os seguintes:

- Entender as orientações da EIDT de 2014-2020 como ainda válidas, em curso de concretização, e cuja eficácia e resultados ainda não foram avaliados.
- Atualizar o quadro estratégico, adaptando-o às necessidades e ambições da região tal como se perspetivam agora: os grandes desafios, os ativos estratégicos e uma visão-desígnio para o Alentejo Central.
- Sistematizar a estratégia num conjunto de objetivos que emergem desse quadro de referência e mais independentes do quadro de instrumentos de política nacional e comunitária, ...
- ..., mas não deixar de atender aos objetivos de política europeia, nacional e regional já conhecidos, mantendo abertura para acomodar o plano de ação à futura definição do modelo de programação.

Refira-se que a fase final dos trabalhos coincidiu com a eclosão da pandemia de Covid 19, o que implicou uma releitura da EIDT, à luz das muitas transformações que o quadro pandémico veio determinar. Nessa medida, foram introduzidos ajustamentos ao diagnóstico regional e, simultaneamente, foi feita uma releitura dos objetivos estratégicos e da sua declinação em objetivos específicos considerando, por um lado, as necessidades emergentes associadas ao novo contexto e, por outro lado, os novos desafios e eventuais oportunidades que este imporá no futuro.

O processo de trabalho seguido para esta revisão da EIDT assenta, em grande medida, no envolvimento e comprometimento de agentes regionais, públicos, associativos e privados. Tal opção permite um conhecimento mais profundo das dinâmicas atuais e dá mais garantias de que a visão e as linhas de ação são abrangentes, resultando de consensos alargados entre aqueles que serão, no futuro, corresponsáveis pela concretização desta estratégia.

Assim, os trabalhos desenvolvidos, nas várias fases deste processo, foram acompanhados por um processo de participação transversal dos municípios e de outros agentes regionais e que se consubstanciou em diversos momentos participativos, inicialmente no período julho-setembro de 2019 (para atualização de diagnóstico e consolidação das bases estratégicas) e depois, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020 (para revisão e validação da proposta de estratégia)¹.

Para além destes eventos (cujos contributos e resultados foram sendo sistematizados e incorporados na estratégia de forma progressiva) e de um conjunto de reuniões de trabalho com a equipa técnica e o secretariado executivo da CIMAC, os trabalhos desenvolvidos incluíram ainda análise documental e estatística.

¹ Ao longo do ano de 2020, no quadro da preparação do plano de ação que corporizará esta EIDT, participaram ainda nos trabalhos diversas entidades de âmbito regional e local. Os seus contributos, sempre que considerados relevantes, foram incorporados nesta versão da EIDT 2021-2027 sem, no entanto, alterar a linha geral de estratégia, aprovada pelo Conselho Intermunicipal no primeiro trimestre de 2020. Globalmente, participaram nos trabalhos cerca de 5 dezenas de entidades, para além dos próprios municípios e órgãos da CIMAC.

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DA REVISÃO DA EIDT DO ALENTEJO CENTRAL

A EIDT do Alentejo Central, que acompanhará o próximo período de programação 2021-2027, deve estar bem enquadrada pelas orientações e objetivos estratégicos, ao nível comunitário, nacional e regional, já formuladas ou em processo de definição no âmbito do processo de preparação e negociação das condições de financiamento nesse período. Como referimos, esse enquadramento não significa um condicionamento, à partida, pelos instrumentos operacionais que darão corpo a essas orientações, mas apenas a garantia de coerência ao nível macro.

Nesse sentido, e num primeiro nível, a matriz para a revisão da EIDT deve situar-se num quadro global composto pelas quatro agendas temáticas definidas pelo Governo para o Portugal 2030 (considerando os respetivos domínios estratégicos) e pelas prioridades que resultam das propostas da Comissão Europeia em matéria de investimento no âmbito do financiamento da política de coesão para Portugal no período 2021-2027.

Os 5 objetivos estratégicos definidos pela Comissão Europeia e as 4 Agendas temáticas do Portugal 2030

5 Objetivos estratégicos europeus (Anexo D do documento COM (2019) 150 final - Semestre Europeu de 2019)	4 Agendas e respetivos domínios estratégicos nacionais (RCM n.º 98/2020, de 13 de novembro)
<p>Uma Europa mais inteligente – transformação económica inovadora e inteligente</p> <p>Uma Europa mais verde e hipocarbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos</p> <p>Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação</p> <p>Uma Europa mais social - implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais</p> <p>Uma Europa mais próxima dos cidadãos - desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, via iniciativas locais.</p>	<p>As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</p> <p>Sustentabilidade demográfica; Promoção da inclusão e luta contra a exclusão; Resiliência do sistema de saúde; Garantia de habitação condigna e acessível; Combate às desigualdades e à discriminação.</p> <p>Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</p> <p>Promoção da sociedade do conhecimento; Digitalização e inovação empresarial; Qualificação dos recursos humanos; Qualificação das instituições.</p> <p>Transição climática e sustentabilidade dos recursos</p> <p>Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética; tornar a economia circular; reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais; agricultura e florestas sustentáveis; economia do mar sustentável.</p> <p>Um país competitivo externamente e coeso internamente</p> <p>Competitividade das redes urbanas; Competitividade e coesão na baixa densidade; Projeção da faixa atlântica; Inserção territorial no mercado ibérico.</p>

Tendo em conta estes elementos, os trabalhos de revisão do diagnóstico privilegiaram um conjunto de temáticas mais específicas, abordadas no âmbito daqueles objetivos e agendas,

designadamente quando estas não estavam suficientemente contempladas no diagnóstico inicial.

Adicionalmente, a revisão da EIDT é enquadrada pela estratégia regional, o que se traduz na consideração dos diversos elementos que constam do documento *Alentejo 2030: Desafiar o futuro - Estratégia Regional*, designadamente os desafios identificados, os objetivos estratégicos preconizados e os planos de ação definidos.

Estratégia Regional Alentejo 2030 (CCDRA, setembro 2020)

Desafios Estratégicos

- Demografia e excelência dos serviços de suporte;
- Sustentabilidade territorial e dos seus recursos;
- Especialização inteligente e competências;
- Valorização económica dos recursos e ativos regionais; e
- Qualificação dos subsistemas territoriais.

Objetivos Estratégicos

OE 1. Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.

OE 2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a económica circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.

OE 3. Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.

OE 4. Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial.

OE 5. Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região, fator de competitividade e de coesão territorial.

OE 6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva.

Planos de Ação

PA 1 - Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG)

PA 2 - Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática

PA 3 - Conhecimento e Inovação

PA 4 - Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo

PA 5 - Qualificação, Emprego e Inclusão

PA 6 - Cooperação territorial

PA 7 - Governança e Capacitação

PA 8 - Água

3. SÍNTESE AVALIATIVA DA EIDT 2014-2020

Esta revisitação da EIDT, com vista à sua atualização para o próximo período de programação, não pode dispensar uma abordagem avaliativa à estratégia em curso, ainda que reconhecendo que a mesma não pode ser devidamente avaliada do ponto de vista dos seus resultados efetivos, pois ainda está em fase de implementação.

Esta constatação, no entanto, não significa que não possam fazer-se algumas considerações devidamente sustentadas na informação recolhida ao longo dos trabalhos, mas também em alguns elementos avaliativos mais estruturados: a *avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial* (da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, atualmente em fase de validação de conclusões finais); a *avaliação intercalar da operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Alentejo Central* (da responsabilidade da CIMAC, maio de 2019); e a *avaliação intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária do Grupo de Ação Local Alentejo Central* (da responsabilidade do Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E., abril de 2019).

Os elementos mais relevantes a destacar são os seguintes:

- O papel da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2014-2020 como elemento integrador dos diversos instrumentos de abordagem territorial do PT2020 (especialmente ITI/PDCT, DLBC e PEDU /PARU /PAICD /PAMUS) foi essencialmente formal; embora tenha havido articulação de instrumentos na fase da sua conceção, não há evidências que essa articulação se tenha mantido na execução.
- Este défice resulta da tímida incorporação das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial na programação e na implementação do PT2020, apesar de valorizadas pelos regulamentos comunitários e evidenciadas, através de uma multiplicidade de instrumentos, no Acordo de Parceria entre Portugal e a UE.
- Destaca-se a incompleta materialização do princípio da subsidiariedade, a imposição de uma arquitetura e uma regulamentação comum a todo o território nacional destes instrumentos e as grandes deficiências dos mecanismos de comunicação, informação e suporte à decisão das diversas autoridades envolvidas.
- Ainda assim, pode considerar-se que o modelo permitiu alguns ganhos ao nível da articulação interinstitucional-governança, da aproximação dos centros de decisão ao território, da capacitação institucional e da monitorização de resultados, pelo que deve ser aprofundado e aperfeiçoado, designadamente através:
 - ✓ De uma mais efetiva articulação entre os diversos tipos de instrumento de territorialização de políticas, atendendo às orientações da EIDT.
 - ✓ Da clara atribuição de competências de programação, decisão e gestão aos organismos responsáveis pela implementação, designadamente atribuindo-lhes a capacidade de ajustar os instrumentos às suas realidades e estratégias, dando-lhes mais autonomia de decisão e responsabilizando-os pelos resultados atingidos.
 - ✓ De uma mais eficaz articulação com as Autoridades de Gestão dos diversos PO (especialmente do PO Regional do Alentejo), por exemplo na preparação dos procedimentos e lançamento de avisos de candidatura.

Estas considerações são sobretudo de natureza processual - operacional, e não tanto do âmbito e do conteúdo, da EIDT, pelo que a sua utilidade será especialmente relevante na (futura) fase do processo de programação em que os instrumentos de política serão desenhados e regulamentados. Admite-se, de acordo com as orientações disponíveis emanadas pelo Ministério do Planeamento, a manutenção dos mecanismos regulamentares que vigoram no Portugal 2020.

4. REVISITANDO O DIAGNÓSTICO DO ALENTEJO CENTRAL

A atualização do diagnóstico estratégico do Alentejo Central partiu de um conjunto de questões que se colocam a propósito da EIDT 2014-2020 e que podem resumir-se no seguinte:

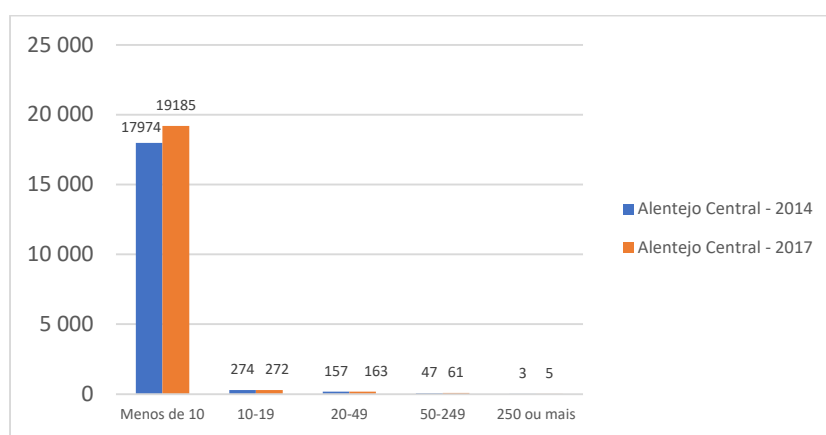
- Que alterações ocorreram no contexto regional que justifiquem uma revisão (mais ou menos profunda) do diagnóstico?
- Que novas tendências e dinâmicas justificam algum aprofundamento de análise?
- Os desafios ainda são os mesmos? Como são valorizados os desafios formulados em 2014?
- Em que aspetos a estratégia 2014-2020 deu, ou está a dar, respostas adequadas? E onde está a falhar?

A reflexão em torno destas questões, enquadrada pela análise documental e estatística² realizada, e em que participaram inúmeros agentes regionais, públicos, associativos e privados, permitiu fazer emergir os pontos fortes e fracos do território, nas várias dimensões de análise, incluindo a clarificação de constrangimentos estruturais e principais oportunidades e tendências de evolução e afirmação da sub-região no exterior.

Nos pontos seguintes, apresentam-se algumas das principais conclusões da reflexão desenvolvida, sistematizada em função de cinco dimensões de análise: base económica; recursos humanos, qualificações e emprego; infraestruturas, redes e conectividade; ambiente e sustentabilidade; quadro institucional.

4.1. Base económica

No que respeita à sua base económica, o Alentejo Central posiciona-se no coração da dualidade do Alentejo entre a transformação da base produtiva instalada e um conjunto de dinâmicas emergentes, de características diferenciadas e cujos impactos estão ainda longe de ser totalmente conhecidos, mas que, também por isso, importa acompanhar.



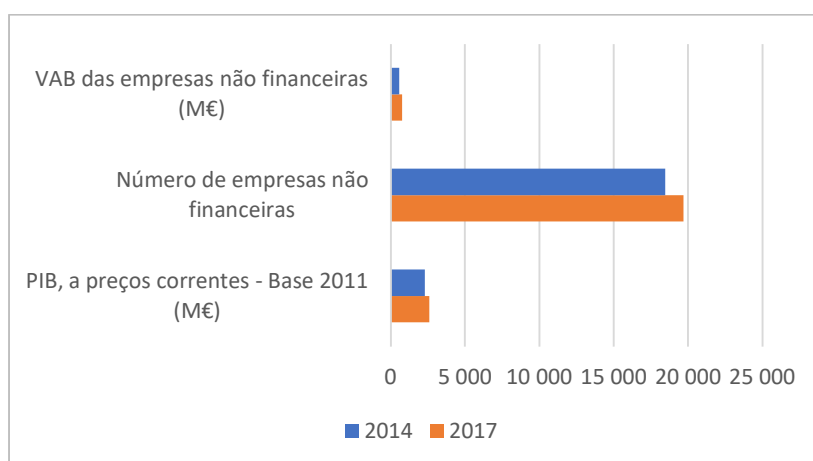
Fonte: PORDATA

Figura 1 – Empresas não financeiras por escalão de pessoal ao serviço

² Os dados estatísticos referidos ao longo das próximas páginas constam do *Anexo III – Informação estatística de suporte*.

A evolução recente da base produtiva do Alentejo tem sido marcada pela consolidação do domínio das tecnologias, designadamente com a instalação e desenvolvimento de empresas de setores com forte componente tecnológica, a que importa associar o conjunto de novas oportunidades de negócios diretos e indiretos por elas suscitadas. Neste contexto, destaca-se o *cluster* aeronáutico que tem vindo a expandir-se e diversificar-se na região. A Indústria 4.0, a Saúde, o Turismo, a Agropecuária e Floresta e o Setor Cultural e Criativo são algumas das outras áreas que se têm destacado, nalguns casos alavancadas por projetos estruturantes. Estas atividades/setores são muito relevantes pelo potencial de atração de investimento e de recursos humanos qualificados que podem representar, vetor essencial para um novo ciclo de atração de residentes ao Alentejo Central.

Entre 2014 e 2017 (último ano disponível), regista-se um aumento do Produto Interno Bruto da sub-região em perto de 13% bem como do número de empresas (6,7%) e, sobretudo, do respetivo VAB (29,8%).



Fonte: PORDATA e INE

Figura 2 – Alguns indicadores da atividade produtiva no Alentejo Central

Por seu lado, o turismo afirmou-se com grande relevância (com um crescimento exponencial de hóspedes, dormidas e receitas) no Alentejo Central, assim como na região Alentejo, que crescentemente se posiciona como destino primário e como ponte entre dinâmicas emergentes e ativos já instalados e, nessa medida, como fator de coesão territorial.

A oferta crescente de produtos turísticos baseados na valorização de ativos culturais e naturais diferenciadores, favoráveis à segmentação de mercado, a tendência para a crescente dispersão de turistas no território e as sinergias locais entre mercado turístico e mercado de produtos regionais (incluindo transformação de produtos) têm permitido uma evolução positiva nesse sentido que importa aprofundar. Não obstante, e de acordo com a preocupação manifestada por diversos agentes regionais ao longo dos trabalhos, há que antecipar e acautelar os impactos negativos desta atividade, sentidos de forma preocupante noutros territórios onde o turismo cresceu a ritmo acelerado, e com reflexos nas condições de bem-estar dos residentes, atuais ou potenciais (alteração no perfil das atividades económicas, aumento do custo da habitação, etc.).

A oferta do Alentejo Central em termos de estabelecimentos hoteleiros aumentou 32,4% entre 2014 e 2017 (últimos dados disponíveis), acompanhando a tendência do Alentejo (a região teve um aumento ainda mais expressivo, a rondar os 40%). A capacidade de alojamento dos estabelecimentos aumentou em proporção semelhante. Ao nível da procura, os acréscimos são significativamente mais elevados, com variações do número de hóspedes e de dormidas a ultrapassar os 50% no referido período de 3 anos (neste caso, ultrapassando ligeiramente o aumento registado ao nível regional, a rondar os 49% em ambos os indicadores).

RELATÓRIO FINAL

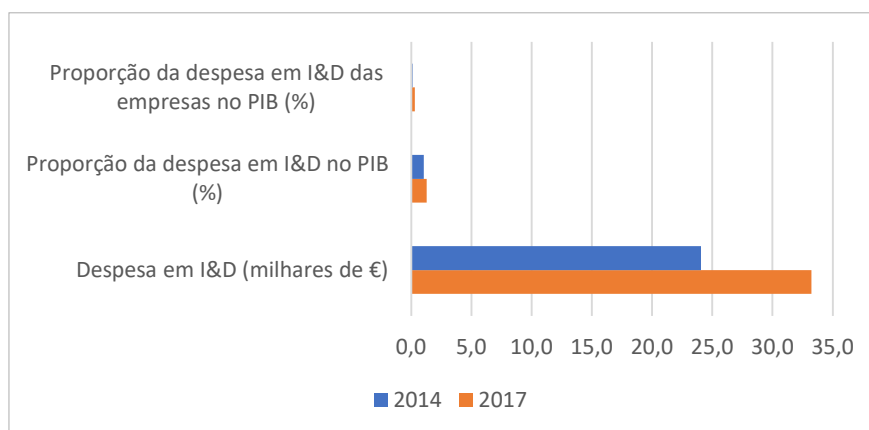
Ainda que em fase inicial, e carecendo de confirmação e consolidação, registam-se algumas dinâmicas económicas orientadas para a sustentabilidade, incluindo ao nível dos próprios modelos de negócio. Referimo-nos à crescente importância dos princípios da economia circular, não só na gestão de resíduos (GESAMB), mas também no setor agrícola (projeto Alentejo Circular), impulsionados por uma agenda regional e pelo Fórum da Economia Circular do Alentejo. Começam igualmente a manifestar-se sinais de adoção de processos de comercialização de produtos agrícolas no modelo de cadeias curtas, a partir do impulso dado pelas Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC Rurais.

As dinâmicas de evolução recente do setor agropecuário suscitam, ao nível da sustentabilidade, novas questões, ainda não completamente clarificadas. Destaca-se a extensão do sistema de regadio associado ao Alqueva, que, não obstante a reduzida representatividade da agricultura superintensiva no Alentejo, se traduz na introdução de tensões em termos ambientais e de preservação de qualidade do solo, de sustentabilidade social e económica e da pequena escala da valorização de recursos endógenos e cadeias curtas. Por sua vez, a valorização do montado, como sistema produtivo agro-silvo-pastoril diferenciado e multifuncional, coloca também desafios ao nível do modelo de exploração de algumas atividades (pecuária, setor da cortiça).

Para além desta tensão entre produtividade e sustentabilidade, a geração de valor acrescentado para a região a partir da indústria associada a setores primários (agroalimentar e fileira florestal) continua a ser muito débil, em parte devido às fragilidades que persistem ao nível do setor associativo deste setor.

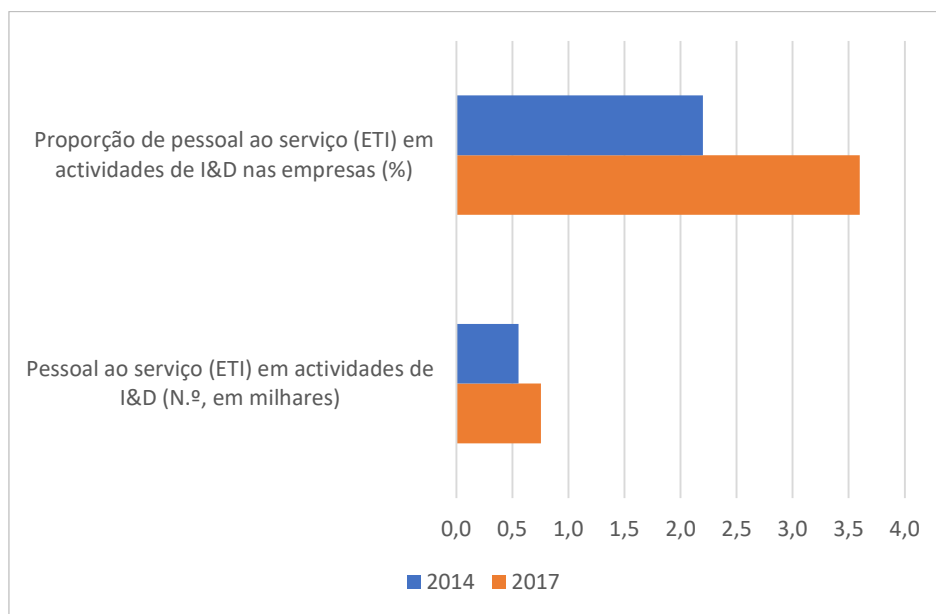
A presença da Universidade, do PACT e algumas empresas de dimensão significativa conferem protagonismo ao Alentejo Central no quadro da estratégia regional de especialização inteligente do Alentejo, impulsionando também a evolução positiva de alguns indicadores relacionados com as atividades de investigação e desenvolvimento.

A despesa associada a atividades de I&D no Alentejo Central registou, entre 2014 e 2017 (últimos dados disponíveis), um acréscimo de 38%, correspondente a um aumento da respetiva proporção no PIB de 1,04% para 1,28%. Considerando as atividades de I&D desenvolvidas nas empresas (bastante menos relevantes), esse aumento foi, em termos relativos, bastante mais expressivo, passando de apenas 0,13% para 0,32%. O pessoal ao serviço nestas atividades registou um acréscimo na mesma ordem, com valores globais a rondar os 36% e, no caso das empresas, os 64%.



Fonte: DGEE - Potencial científico e tecnológico nacional

Figura 3 – Despesas em atividades de I&D no Alentejo Central



Fonte: DGEEC - Potencial científico e tecnológico nacional

Figura 4 – Pessoal ao serviço em atividades de I&D (EIT = equivalente a tempo integral) no Alentejo Central

4.2. Recursos humanos, qualificações e emprego

O declínio demográfico que vem marcando este território ao longo das últimas décadas, agravado pela dificuldade de retenção de jovens e das pessoas mais qualificadas, mantém-se nos anos mais recentes, sendo acompanhado pelo acentuar dos níveis de envelhecimento da população.

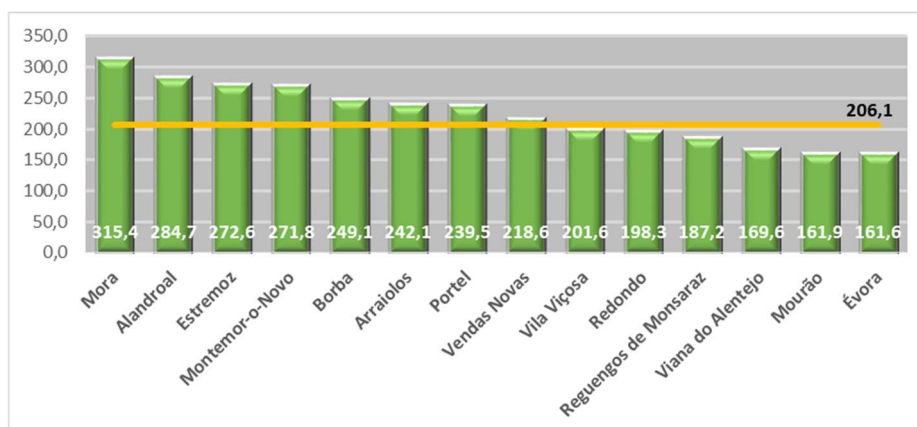
Nos últimos anos acentuou-se o processo de perda demográfica e de envelhecimento. Entre 2014 e 2018 a população residente no Alentejo Central diminuiu 4%, traduzindo-se no acentuar da rarefação da ocupação deste território (a densidade demográfica é cerca de 1/5 da média nacional e este decréscimo é mais acentuado ainda do que o registado ao nível da região NUTS 2 Alentejo, que registou - 3,8% no mesmo período) e no aumento das situações de isolamento.

Os saldos migratório e natural da sub-região foram, neste período, negativos. Nem os concelhos mais urbanos conseguem afastar-se desta tendência (no mesmo período, Évora registou um decréscimo da população residente de 3,3%).

O índice de envelhecimento cresceu significativamente: se em 2014 residiam no Alentejo Central 196 idosos por cada 100 jovens, em 2018 o valor registado é de 239 idosos por 100 jovens.

Por seu lado, esta perda demográfica está associada a uma tendência de deterioração do nível e qualidade da prestação de serviços básicos.

RELATÓRIO FINAL

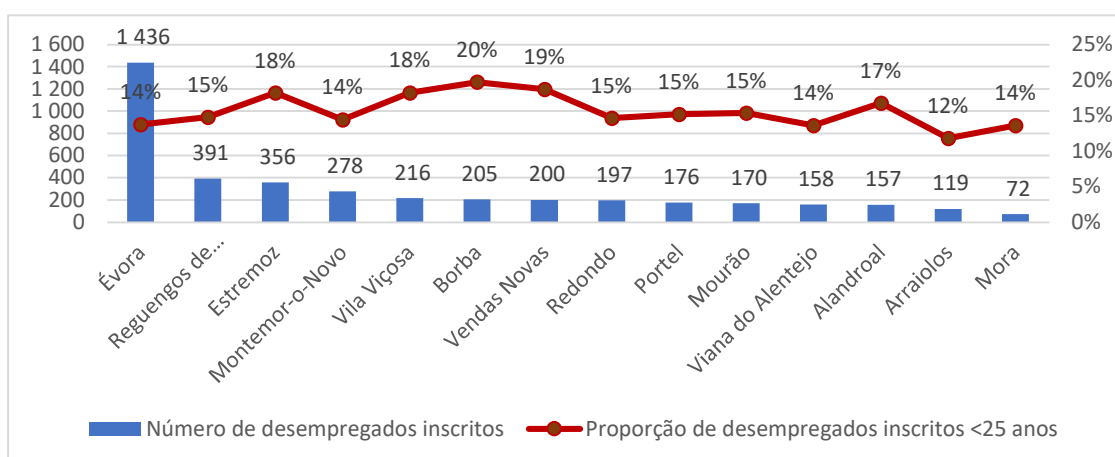


	Alentejo Central	Alentejo	Continente
Taxa bruta de natalidade (%)	7,5	7,3	8,4
Taxa bruta de mortalidade (%)	14,6	14,2	10,7
Índice de dependência de jovens	20,1	20,5	21,5
Índice de dependência de idosos	41,4	40,4	33,5
Índice de envelhecimento	206,1	197	156,1

Fonte: PORDATA

Figura 5 – Índice de Envelhecimento médio da população do Alentejo Central e seus municípios e quadro com alguns indicadores demográficos desta região, 2017

Em relação à situação de base da EIDT 2014-2020, constata-se algumas alterações ao nível das condições de funcionamento do mercado de trabalho, como sejam a diminuição significativa dos níveis de desemprego e a emergência de problemáticas mais qualitativas. O número de desempregados inscritos passou de 9123 em 2014 para 4648 em 2018 - de 9,1% para 4,9% da população residente com 15 a 64 anos. Esta evolução acompanha, de forma ainda mais favorável, a registada ao nível regional e nacional. Os beneficiários do subsídio de desemprego diminuíram, passando de 2,6% da população residente com 15 a 64 anos para apenas 1,3%.



Fonte: PORDATA

Figura 6 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional e proporção de desempregados com menos de 25 anos no Alentejo Central, 2019

Nesse período, verifica-se uma redução mais expressiva dos desempregados inscritos com o ensino superior, que representavam 14,3% dos inscritos e passam para 9,6%. Por seu lado, os desempregados inscritos com 55 anos ou mais vêm a sua representatividade aumentar de 16,8% para 22,4%.

O mercado de trabalho no Alentejo Central é presentemente marcado por um fator crítico duplo: por um lado, o desafio de combater défices de qualificação existentes (em articulação com a modernização da base económica instalada, um novo fôlego da formação contínua de ativos e sistemas de incentivo ao investimento que valorizem a qualificação do emprego existente) e, por outro lado, o de atrair e fixar profissionais mais qualificados (em articulação com as dinâmicas emergentes já assinaladas).

Impõe-se, assim, uma estratégia combinada de atração de investimento-emprego-residentes, um desafio em que cada município deve ter um papel a desempenhar. Com efeito, para além das variáveis específicas (salário, condições de trabalho, etc.), a atração de profissionais está associada à atração de residentes jovens, o que exige contextos urbanos estimulantes (desporto, cultura, lazer), serviços pessoais de qualidade e habitação acessível, aspetos que reclamam uma intervenção municipal ativa.

Por seu lado, o reforço da colaboração entre instituições de ensino, superior e secundário, e de formação profissional com o tecido produtivo regional e os serviços de emprego assume uma forte relevância na estratégia de aproximação entre a oferta e a procura de emprego.

Está a emergir também outro fenómeno, relacionado com a intensificação da produção agrícola (essencialmente de olival, amendoal e viticultura), com fortes níveis de sazonalidade, que tem atraído a esta sub-região centrais de organização da oferta de mão-de-obra e formas de imigração temporária. Embora não tenha (ainda) o peso e os impactos que se registam noutras sub-regiões do Alentejo (designadamente no Alentejo Litoral), trata-se de um fenómeno crescente. Independentemente da sua necessidade objetiva face aos volumes de mão-de-obra exigida pelas atividades que serve, a degradação eventual desse modelo (visível em alguns territórios alentejanos) é contraditória com a imagem de atratividade e amenidade residencial que a sub-região pretende disseminar. Trata-se, pois, de uma variável crítica na atração de novos residentes.

Também por este motivo, exige-se um acompanhamento mais sistemático das atividades emergentes, designadamente da evolução do nível salarial, e ainda uma forte regulação e fiscalização por parte das autoridades competentes (particularmente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Autoridade para as Condições do Trabalho).

4.3. Infraestruturas, redes e conectividade

No Alentejo Central, como noutros territórios com declínio demográfico e de baixa densidade, a conectividade assume particular relevância, designadamente no que respeita ao sistema de mobilidade e transportes. Com efeito, em territórios com estas características, o sistema de mobilidade tem um papel central em várias questões, tais como:

- (a) a minimização das débeis massas críticas demográficas;
- (b) o acesso aos serviços públicos essenciais;
- (c) a adaptação aos modelos produtivos, agrícola e agroflorestal presentes;
- (d) a atração de residentes e ainda
- (e) a coesão territorial em geral.

Por esse motivo, as prioridades negativas da programação 2020 em matéria de rede viária tiveram um efeito particularmente penalizador nesta sub-região, agravando as já enfraquecidas relações dos centros urbanos com o seu *hinterland*, em perda social e económica.

Acompanhando o declínio demográfico e a redução da população em idade escolar, e seguindo lógicas de racionalização da rede de equipamentos, o número de estabelecimentos de ensino pré-escolar e particularmente do ensino básico de 1º ciclo reduziu entre 2014 e 2018 (em termos percentuais representa uma quebra de 5% e 14% dos estabelecimentos existentes, respetivamente).

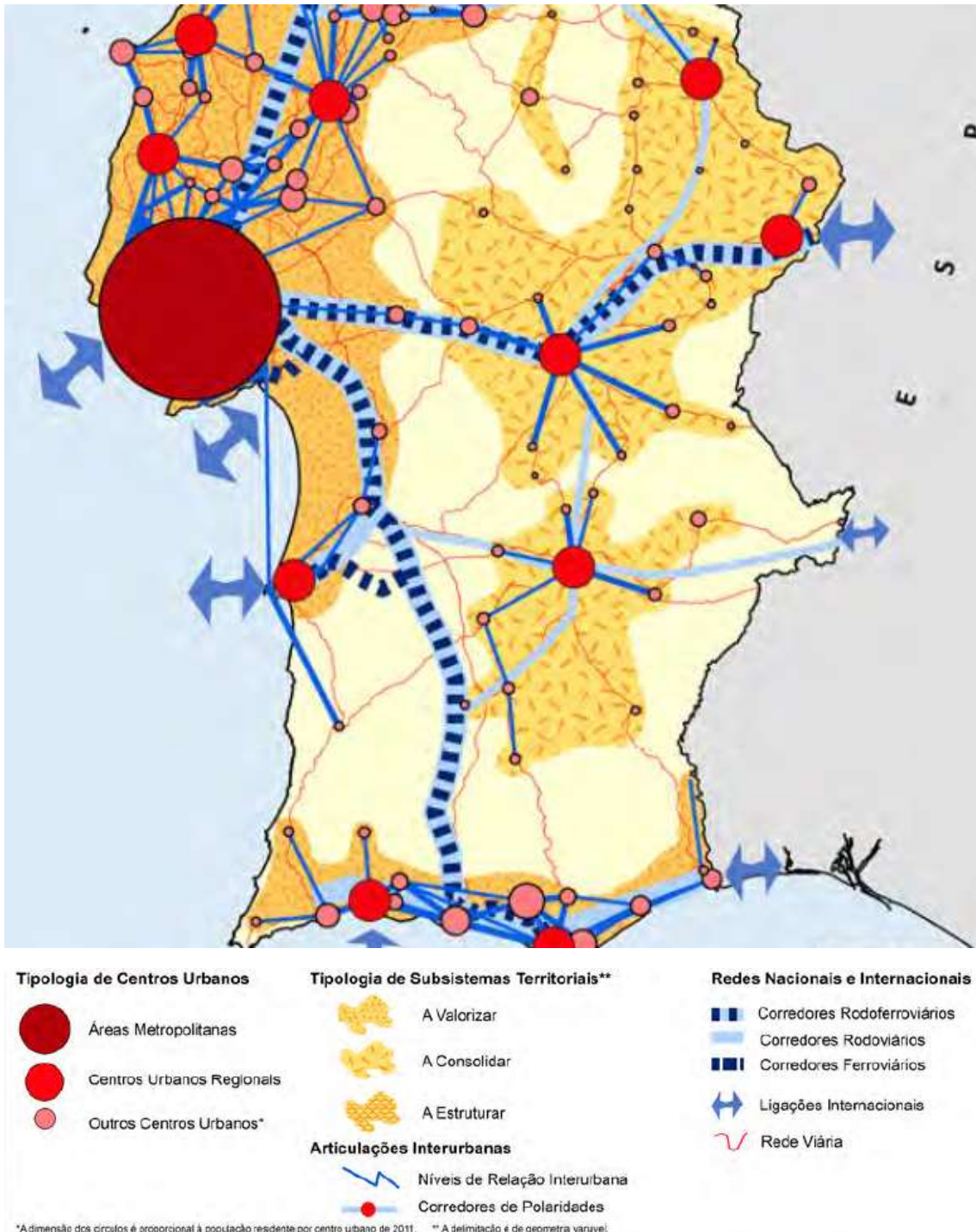
Por outro lado, a alteração observada no sentido da mobilidade suave e da descarbonização (que em Portugal assumiu especialmente a modalidade do ciclável) tem relevância urbana, mas, no Alentejo Central, não responde ao desafio do sistema de mobilidade como elemento de coesão territorial.

A construção do novo Hospital Central do Alentejo (Centro Hospitalar de Évora), com data prevista de inauguração em dezembro de 2023, assume uma relevância estratégica, em particular pelos reflexos que deverá vir a ter no domínio a) da atração de residentes e de recursos qualificados à Região; b) da organização da rede de cuidados de saúde; e c) do sistema científico e tecnológico regional, com novas condições de articulação entre a investigação e a prestação de serviços públicos.

No que respeita aos serviços de proximidade e de interesse geral, a sub-região tem feito uma aposta na promoção de uma elevada qualidade e encontram-se algumas dinâmicas de inovação na área da saúde, designadamente com a Unidade de Cuidados na Comunidade, da Administração Regional de Saúde do Alentejo, um projeto que pode ser replicado e dar origem a um novo paradigma de intervenção em matéria de serviços de saúde de proximidade, eventualmente extensível a outros setores (educação, cultura, etc.).

O Sistema Urbano Regional, a diversas escalas (intraurbana, interurbana e na relação urbano-rural), constitui a base territorial para a estratégia regional – ao nível da disponibilização de serviços coletivos e de proximidade, da criação de condições de atração-fixação de residentes, dos sistemas de conectividade-transportes-mobilidade, etc. De acordo com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, este Sistema Urbano tem a seguinte configuração:

- Principal centralidade em Évora, centro urbano regional, integrado num corredor rodoferroviário que liga o Porto de Sines, a Área Metropolitana de Lisboa e Elvas/Espanha.
- Neste corredor situam-se alguns centros urbanos estruturantes do Alentejo Central – Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Estremoz (Borba – Vila Viçosa).
- Para além dos centros integrados nesse corredor, e em relação direta com Évora, um conjunto de outros centros urbanos compõe a constelação central onde se perspetiva uma intensificação dos fluxos e relações – outro centro urbano estruturante, Reguengos de Monsaraz (Mourão); e vários centros urbanos complementares – Viana do Alentejo, Portel, Redondo (Alandroal) e Arraiolos (Mora).
- A integração do sistema urbano no eixo norte-sul faz-se por um corredor rodoviário, que liga Évora a Portalegre e a Beja, e também por relações de proximidade-contiguidade dos centros urbanos que se localizam na periferia do Alentejo Central e fazem fronteira com outras sub-regiões.



Fonte: DG Território, Lei 99/2019, de 5 de setembro - Primeira revisão do PNPOT (2020)

Figura 7 – O Sistema Urbano do Modelo Territorial do PNPOT

4.4. Sustentabilidade ambiental

Nesta dimensão, o principal tema (e desafio) no Alentejo Central, como na generalidade do território regional, é o das alterações climáticas, assumindo uma relevância estratégica todas as intervenções proativas de mitigação e de adaptação, designadamente nas áreas de intervenção intermunicipal prioritárias.

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central (2018) prevê como prioritários os seguintes setores:

- Recursos Hídricos
- Agricultura e Florestas
- Biodiversidade e Paisagem
- Economia
- Saúde Humana
- Segurança de Pessoas e Bens
- Transportes e Comunicações
- Energia e Segurança Energética.

No Alentejo Central destaca-se a necessidade de promover um uso mais racional do recurso água, impondo uma maior intensidade de incorporação de conhecimento e a sua consagração enquanto centralidade na Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo.

A reavaliação progressiva dos modelos de produção intensiva e de multifuncionalidade, com papel mais relevante e estruturado da investigação científica implantada na região é também, neste quadro, um imperativo estratégico. Face à relevância destas questões, a criação de um Observatório das Implicações das Alterações Climáticas nos sistemas produtivos da região (quer se trate dos mais tradicionais, quer dos emergentes) poder-se-á constituir como um projeto estruturante no âmbito do próximo período de programação. Trata-se de um domínio com um amplo espaço de capacitação e de completamento da estratégia de atração de investimento para a região.

A questão dos passivos ambientais associados à atividade extrativa tem também ganho relevância no contexto do Alentejo Central, face à multiplicação de espaços carentes de estratégias de recuperação e a uma maior sensibilização para os impactos destes passivos.

4.5. Quadro institucional

Na dimensão institucional, as dinâmicas de evolução recente têm vindo a gerar novas oportunidades, em diversos domínios.

Por um lado, oportunidades de aprofundamento e capacitação do projeto CIMAC em termos de interação e gestão partilhada de serviços³, de representação institucional e de afinamento dos

³ A CIMAC realizou, em 2016, um *Estudo de avaliação dos serviços partilhados de base territorial*, que faz um diagnóstico e define um quadro de desenvolvimento potencial dos serviços partilhados nas seguintes áreas temáticas: Tecnologias de Informação; Gestão de Informação Geográfica e SIG; Mobilidade e Transportes; Gestão de Meios e Equipamentos Móveis; Gestão de Infraestruturas (Vias); Ambiente; Gestão de Energia; Gestão de Equipamentos; Gestão da Formação e Qualificação de Pessoas; Gestão Integrada Sub-regional de Áreas de Acolhimento Empresarial; Cultura; Educação; Planeamento e Ordenamento do Território; Prevenção de Riscos e Proteção Civil.

níveis de intervenção municipal, intermunicipal e de interlocução na territorialização de políticas públicas⁴.

Por outro lado, oportunidades associadas às dinâmicas de robustecimento e inovação institucional, como seja a capacitação-conhecimento para a mitigação das alterações climáticas, tendo por base o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central.

Também ao nível da estratégia de atração de investimento-emprego-residentes, da conceção e implementação de um sistema de mobilidade que ajude a mitigar o declínio demográfico e garanta vivências mínimas no território, da promoção do desenvolvimento em baixa densidade e da operacionalização de sistemas de educação e formação ajustados às carências da região e à fixação de profissionais, o Alentejo Central tem mostrado importantes capacidades de inovação institucional, manifestando-se pioneiro na promoção do desenvolvimento em territórios de baixa densidade.

O projeto de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027, assumido como projeto sub-regional, constitui uma oportunidade relevante, desde logo do ponto de vista institucional, pelas possibilidades de sinergias criativas entre recursos e ativos públicos e privados, impulsionando uma das áreas de aposta da especialização inteligente regional (EREI Alentejo).

Esta candidatura representa, igualmente, uma oportunidade do ponto de vista a) do forte contributo para a coesão territorial e notoriedade do território do Alentejo Central, b) do potencial de atração e fixação de recursos humanos qualificados; c) do robustecimento e capacitação de organizações culturais e cívicas e do tecido artístico e cultural; d) da consolidação dos impactos gerados pelos principais polos de formação e de produção artística (Universidade de Évora, Convento da Saudação, Fundação Eugénio de Almeida, etc.); e ainda e) da produção de sementes para a organização, qualificação e diversificação futura das práticas culturais neste território.

O projeto de Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 configura, assim, um forte contributo para a coesão territorial e notoriedade do território do Alentejo Central, devendo para tal envolver um amplo conjunto de setores e agentes da cidade e do Alentejo Central (não se restringindo aos agentes ou à programação culturais).

4.6. Implicações da pandemia de Covid 19

A pandemia de Covid 19, que surgiu precisamente na fase final dos trabalhos de revisitação da EIDT, trouxe a necessidade de repensar o diagnóstico tendo em conta algumas questões que a crise pandémica veio criar ou outras que, embora já presentes, veio exacerbar.

Apesar de estarmos ainda longe de poder fazer considerações definitivas sobre os impactos desta crise, estes parecem não ser tão gravosos nesta sub-região como têm sido noutras, seja pela menor amplitude da crise sanitária no Alentejo Central (associada, por sua vez, à reduzida densidade demográfica), seja pela mais fraca integração e exposição da estrutura económica local/regional ao exterior. Não obstante, são evidentes alguns efeitos que podem (e devem) condicionar o desenho da estratégia. Desde logo, nas atividades económicas, designadamente nas que se caracterizam por uma maior exposição externa, como o comércio, a restauração e,

⁴ No quadro do processo de transferência de competências da administração central para as autarquias locais, atualmente em curso.

nos territórios onde é uma atividade mais expressiva, o turismo. Por outro lado, ficaram patentes as fragilidades do sistema de assistência aos mais frágeis, designadamente na área social e da saúde, e a necessidade, por exemplo, de criar respostas alternativas a um modelo de estruturas residenciais para idosos que tem manifestado muito sérias dificuldades na resposta à crise sanitária.

Simultaneamente, na sequência da pandemia, parece ter-se verificado no Alentejo Central um incremento da “população residente”, quer durante o confinamento, quer noutros períodos, funcionando este território como um “refúgio” de famílias oriundas de áreas mais densamente ocupadas e onde as condições para esse confinamento são, por natureza, mais limitadas e limitativas. Adicionalmente, em vários municípios, assistiu-se a um aumento da procura de habitação para aquisição. Num quadro regional profundamente marcado pelo envelhecimento e o despovoamento, o reforço da atratividade deste território neste contexto específico - e que as novas formas de organização do trabalho, com a expansão do teletrabalho, certamente favorecem - pode constituir uma oportunidade para mitigar o declínio demográfico.

A reorganização do trabalho pode ter também reflexos em termos de estrutura territorial, ditando novas necessidades ao nível da mobilidade, do mercado de habitação e da provisão de serviços, entre outras.

A estratégia regional deverá, assim, considerar a necessidade de reforçar a resiliência (também financeira) da estrutura produtiva do Alentejo Central, tirando partido da reconfiguração das cadeias de produção, nomeadamente no setor agroalimentar. No que respeita às atividades ligadas ao setor turístico, esta pode ser uma oportunidade para criar e desenvolver produtos orientados para as novas exigências da procura e para a nova organização dos mercados (estando o mercado externo, neste momento, muito condicionado) e para os quais o Alentejo Central apresenta um reconhecido potencial. A estratégia para o turismo terá de ter em conta estas oportunidades, podendo ser uma importante tributária do novo contexto.

Ainda que os impactos no mercado de trabalho pareçam não ser aqui tão importantes como o estão a ser noutros contextos territoriais, onde o desemprego registou um incremento muito expressivo associado à crise pandémica, é importante reforçar linhas estratégicas que previnam o desemprego e, em particular, as situações de afastamento prolongado do mercado de trabalho.

Ao nível do sistema de apoio social e de saúde, será necessário garantir soluções adequadas seja ao nível preventivo, seja na resposta às diversas necessidades, correntes ou de emergência. A própria capacitação das instituições locais/regionais que trabalham nestes domínios é um imperativo, designadamente para encontrar soluções para os problemas ou dificuldades a que administração central, menos próxima das dinâmicas locais, não responde atempadamente como aconteceu, em diversas situações, ao longo desta crise pandémica.

4.7. Revisão da matriz SWOT

A leitura abreviada das dinâmicas regionais que referimos permite redimensionar os pontos fortes e fracos deste território, bem como reavaliar as oportunidades e ameaças geradas pela evolução do contexto externo, conforme se sistematiza na tabela da página seguinte.

Aspetos da evolução do diagnóstico regional mais relevantes para a revisão da EIDT

<p>Redimensionando pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmicas produtivas emergentes ou em consolidação, com sinais de maior robustez face a 2014. ▪ Amenidades territoriais e ambientais e atmosferas urbanas (segurança pública, qualidade dos serviços coletivos, cultura e património distintivos, etc.), embora não se afirmando efetivamente como fatores de atração-fixação de residentes e emprego. ▪ Um exemplo relativamente avançado de integração e gestão partilhada de recursos protagonizado pela CIMAC e pelos municípios do AC. ▪ Afirmação do Alqueva como grande ativo regional, com grande potencial para gerar dinâmicas nos setores do turismo e da agricultura. ▪ Presença muito significativa, em termos de área territorial, do sistema multifuncional agro-silvo-pastoril do montado, com enorme potencial de contrariar processos mais acelerados de desertificação de solos, de perda de biodiversidade e de abandono demográfico. ▪ Esforço de promoção externa assumido pelas entidades da região que se tem traduzido na capacidade de atração de novos investimentos ▪ Progressos ao nível da afirmação do destino turístico Alentejo, baseados na diversificação estratégica, no robustecimento de produtos turísticos diferenciadores e no crescimento sustentado da oferta de alojamento turístico. 	<p>Redimensionando pontos fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Um cenário de declínio demográfico, resultante de um saldo natural negativo e da dificuldade de a região atrair novos residentes, apesar de alguma capacidade na oferta de emprego. ▪ Défice ao nível da comunicação externa acerca das qualidades do AC como bom local para viver. ▪ Fortes efeitos penalizadores das prioridades negativas do PT2020 em matéria de mobilidade-conectividade intrarregional (redes viárias e ferroviárias sem investimento em novas ligações ou modernização-conservação das atuais), agravando a situação de exclusão de setores mais remotos do território e penalizando a coesão social. ▪ Problemas agravados de dimensão empresarial. ▪ Evolução dos setores do turismo e agroflorestal com baixos níveis salariais. ▪ Mercado de trabalho que, apesar da dinâmica de oferta de emprego que inverteu o quadro de desemprego registado em 2014, apresenta um panorama agravado por falta de qualificações da mão de obra, debilidades acentuadas na atração ou fixação de profissionais qualificados (nomeadamente de licenciados ou pós-graduados na Universidade de Évora) e elevados níveis de desemprego para ativos com mais de 55 anos. ▪ Insuficiências nas respostas sociais e da saúde, agravadas no contexto da pandemia. ▪ Fragilidades na conectividade/acesso às redes TIC e na capacitação da comunidade escolar para a sua utilização, evidenciada no quadro pandémico.
<p>Reavaliando oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O processo de candidatura Évora Capital Europeia da Cultura 2027, dentro de uma estratégia de integração e envolvimento de todo o território do AC. ▪ Um Sistema Regional de Transferência de Tecnologia em crescente desenvolvimento alicerçado, designadamente, na Universidade de Évora e no PACT - Parque de Ciência e Tecnologia. ▪ A criação de um novo Hospital Central do Alentejo, com capacidade de mobilizar, interna e externamente, dinâmicas de I&D e de qualificação e diversificação de serviços e de fixar e atrair profissionais da saúde mais qualificados. ▪ Alentejo como destino turístico consolidado no mercado nacional e de proximidade (Espanha) e em afirmação crescente noutros mercados internacionais (Europa, Brasil, China, Japão, etc.), com novas potencialidades face à valorização do turismo de baixa densidade no contexto da pandemia. ▪ Possibilidade de crescimento e afirmação do comércio local, particularmente de bens essenciais, e de novos serviços associados à restauração (<i>take away</i>, entregas, ...) no contexto da pandemia. ▪ Processo de descentralização: espaço de oportunidade política para afirmar um novo ciclo de territorialização de políticas públicas para a baixa densidade, afirmando o AC como território pioneiro nessa matéria. ▪ Conclusão da ligação ferroviária de mercadorias Sines-Madrid, incluindo a sua eventual disponibilização para transporte de passageiros. ▪ Reforço da atratividade do AC para a fixação (temporária ou definitiva) de novos residentes, nomeadamente no contexto da pandemia e da expansão das práticas de teletrabalho. 	<p>Reavaliando ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os potenciais efeitos económicos, sociais e ambientais das alterações climáticas na região (incluindo graves carências na disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos) constituem uma das principais mudanças face ao diagnóstico estratégico da EIDT de 2014. ▪ A afirmação de um modelo produtivo agropecuário regional, baseado na exploração intensiva do solo e água pode criar condições de contexto desfavoráveis para a afirmação de alguns recursos endógenos produzidos numa lógica de diferenciação (vinho, azeite, carnes, fumeiro, etc.). ▪ Os novos investimentos nos setores agrícola (agricultura intensiva) e turístico (turismo massificado), em grande parte de origem exógena, fazem crescer riscos de perda de responsabilidade social corporativa face ao território, com pressão ao nível da utilização de recursos naturais e da gestão da mão de obra, incluindo a disseminação de redes associadas à imigração desqualificada como resposta à falta de recursos humanos disponíveis.

5. PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

5.1. Um território virtuoso, mas paradoxal

As alterações recentes no contexto regional, cujos traços principais apresentámos, revelam o Alentejo Central como **um território virtuoso, mas paradoxal**, o que pode ser ilustrado por estas ideias:

- Um potencial de amenidades territoriais repetidamente enunciado, mas não concretizado, com necessidades de ajustamento a um cenário demográfico regressivo e enormes carências na capacidade de atração e fixação de pessoas, exigindo também uma estratégia positiva de comunicação destas amenidades.
- Existência de projetos de investimento de âmbito nacional, diferenciadores, mas que suscitam maiores exigências de adaptação e ultrapassagem dos constrangimentos qualitativos e quantitativos do mercado de trabalho, bem como da consolidação e afirmação definitiva do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia.
- Presença marcante de um projeto de grande potencial (Alqueva) ao nível do regadio/agricultura e do turismo, mas que exige uma monitorização atenta dos seus efeitos (sistemas produtivos tradicionais, preservação dos solos, uso racional da água, equilíbrio social), com maior incorporação de conhecimento.

Pela inquestionável relevância estratégica, estes três paradoxos não podem deixar de ser considerados no redesenho da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central.

A afirmação do quadro de potencial da região tem assentado, sobretudo, em fatores que promovem fluxos e inter-relações com o exterior, como sejam:

- Políticas de atração de investimento - e, através dele, de pessoas – trabalhadores.
- Forte contingente, na Universidade de Évora, de estudantes e pessoal docente não natural/residente no Alentejo.
- Crescimento significativo do número e diversidade dos visitantes e turistas.
- Novos modos de produção agrícola intensiva, associados ao sistema de rega do Alqueva, que são atratores de fluxos de investimento e mão de obra.

Mas estes fatores não têm sido traduzidos em dinâmicas muito significativas de desenvolvimento sustentável, com valorização de recursos da região e para a região, exigindo um recentramento na mobilização das energias internas e potencial endógeno para fazer convergir as duas perspetivas.

5.2. Os grandes desafios para o futuro

Este quadro de diagnóstico suscita a necessidade de uma revisitação da EIDT que responda à urgência na valorização de alguns fatores de grande potencial para conter a dinâmica de perda a que o Alentejo Central está submetido. E o que o diagnóstico nos mostra é que essa inversão não está a ocorrer, o que coloca a dúvida sobre a capacidade de aproveitar as novas oportunidades que se vislumbram no horizonte próximo.

À nova EIDT coloca-se um quadro de desafios muito relevantes, relacionados com o aprofundamento de algumas dinâmicas, positivas ou negativas, bem como com a emergência de novas áreas de aposta ou problema. Podemos resumi-los desta forma:

- O desafio da **sustentabilidade**, que resulta do aprofundamento do processo de **alteração climática**, com implicações ao nível não só do sistema natural, mas também humano-social e produtivo.

- O desafio **demográfico e social**, associado à manutenção de **dinâmicas regressivas** (despovoamento, envelhecimento, isolamento) e à incapacidade que os sistemas urbano e de conectividade têm revelado como fatores de resiliência.
- O desafio do **novo quadro de competências municipais e da CIMAC**, face ao processo de descentralização administrativa em curso, associado ao aprofundamento do modelo de serviços partilhados no Alentejo Central.
- O desafio da **conjugação virtuosa entre tradição e as dinâmicas emergentes**, que ganha importância com a afirmação de produtos turísticos baseadas em recursos patrimoniais, de modelos agrícolas intensivos e de setores de atividade fortemente baseados em tecnologia.
- O desafio de uma **afirmação do Alentejo Central no contexto do Alentejo e espaço ibérico** que contemple a capacidade de gerar dinâmicas com efeito de rede e *contaminação do hinterland*.

5.3. Ativos estratégicos do Alentejo Central

A resposta a estes desafios exige uma focagem estratégica ambiciosa, em linha com a exigência de gerar um círculo virtuoso que associe as dinâmicas de interação com o exterior à valorização efetiva de recursos-ativos da região, superando os paradoxos que enunciámos.

Alguns destes recursos-ativos não são exclusivos do Alentejo Central, mas isso não os faz perder importância – a estratégia não assenta necessariamente na valorização do que é diferenciador, mas sim daquilo que pode alimentar a inversão do processo de perda e transformar o Alentejo Central numa região sustentável e liderante no território mais amplo do Alentejo.

Entre os ativos que a estratégia deve valorizar estão os seguintes:

- O **Sistema Regional de Transferência de Tecnologia** (SRTT) (Universidade de Évora, PACT, empresas do setor aeronáutico e TIC, etc.), que está em consolidação e pode constituir o motor da transição para a economia inteligente na região.
- Algumas **estruturas-projetos**, presentes ou emergentes, **geradoras de fluxos** a uma escala alargada, que podem ter efeitos de dinamização social e económica e atração-fixação de pessoas em todo o território (Évora Património Mundial, candidatura de Évora a CEC, Novo Hospital Central, etc.).
- O **Alqueva**, base de competitividade agrícola, recurso turístico a explorar de forma sustentável e reserva de água estratégica.
- O sistema agroflorestal do **montado**, multifuncional, elemento distintivo da paisagem, promotor da biodiversidade e elemento-chave no combate e mitigação de efeitos da mudança climática (incluindo na regeneração dos solos e no uso racional da água).
- O **património natural e cultural e a paisagem** (arqueológico, edificado, as manifestações imateriais, o sistema do montado...) com potencial de geração de valor económico, designadamente no quadro do complexo turismo-lazer, base da identidade regional e elementos de coesão no processo de transição para o futuro.

6. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2027

6.1. Uma visão orientadora para a próxima década

A identificação de um conjunto de desafios e ativos do território, como vimos na secção anterior, não é suficiente para fundamentar uma estratégia sustentável – é necessário que esta seja focada, sob pena de não haver condições para um exercício de seletividade na sua operacionalização, dispersando recursos sem verdadeiramente valorizar os efeitos sinérgicos necessários.

A combinatória de desafios-ativos pode sugerir muitas hipóteses de futuro, mas só alguns são viáveis e só alguns interessam.

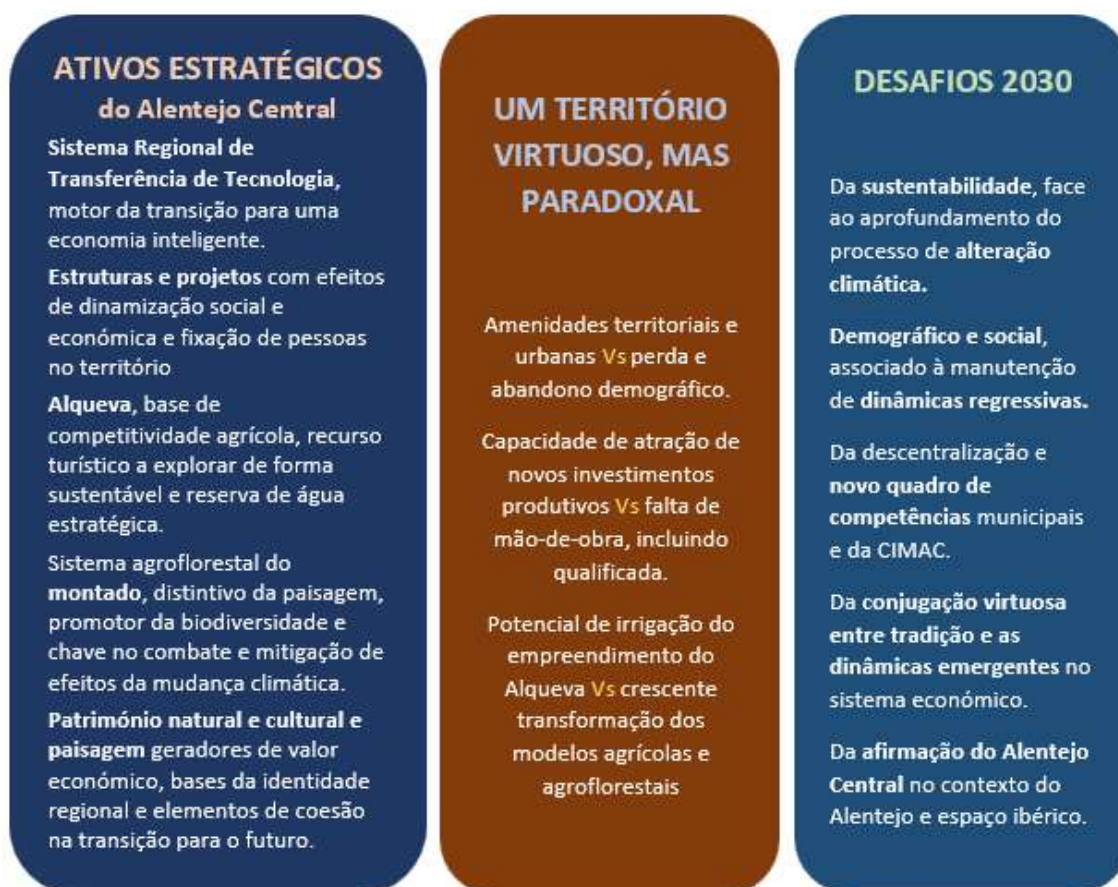


Figura 8 – Principais implicações estratégicas do diagnóstico

Esta focagem estratégica deve resultar da estabilização de alguns princípios, intimamente ligados a uma visão e a um modelo de sociedade consensualizado e mobilizador.

Ao longo dos trabalhos foi-se consolidando a ideia de um Alentejo Central que reúne um conjunto de fatores, em parte associados à massa crítica concentrada em Évora, mas no quadro de um sistema urbano-territorial solidário e organizado, que lhe conferem (legítimas) ambições para protagonizar uma estratégia sub-regional mais alargada e ser um espaço de referência nalguns domínios que interessam a todo o Alentejo. São fatores como:

- Localização/centralidade e dimensão demográfica e de capital social.
- Equipamentos estruturantes ao nível da saúde (Hospital de Évora – futuro Hospital Central do Alentejo), do ensino e investigação (Universidade de Évora), da administração (serviços regionais da Administração Central).
- “Cabeça” do SRTT, concentrando *stakeholders* e estruturas de acolhimento e suporte de iniciativas de promoção e transferência de I&DT (p. ex. PACT e EvoraTech/ADRAL).
- Empresas e estruturas associativas relevantes em diversos domínios (empresarial, cultural, do desenvolvimento local).
- Foco dinâmico gerado pelo processo de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027.

O que esta ideia sugere é que a estratégia se construa a partir da focagem em objetivos e domínios prioritários de intervenção que valorizem esse posicionamento do Alentejo Central, que levem esta sub-região a estar na linha da frente do processo de desenvolvimento territorial e socioeconómico no Alentejo.

Este quadro justifica que se faça uma atualização da visão formulada no quadro da EIDT 2014-2020, a qual, para além de evidenciar esta ambição de forma mais clara, incorpore a evolução ocorrida no contexto regional desde 2014 e a revisão dos grandes desafios para o futuro.

A formulação seguinte sintetiza esta nova visão para o **Alentejo Central**

O Alentejo Central será, em 2030, um território reforçado em termos de capital humano e social e no posicionamento no contexto regional alargado, afirmando-se por um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente equilibrado e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento e tecnologia e nos recursos endógenos culturais e naturais.

Uma estratégia que favoreça a convergência para esta visão assenta, entre outros, nos seguintes pilares:

- Proatividade na resposta ativa aos grandes desafios do declínio demográfico e abandono territorial, agravados pelo quadro ameaçador das alterações climáticas, com particular impacto na desertificação dos solos e na biodiversidade.
- Afirmação da centralidade no espaço alargado Lisboa-Alentejo-Extremadura-Madrid, ancorado num sistema urbano-territorial coeso e conectado, em que Évora mantém um relativo protagonismo.
- Consolidação do processo de especialização inteligente e de robustecimento do sistema regional de I&D&I e transferência de tecnologia.
- Conjugação virtuosa da tradição com a modernidade, equilibrando a preservação das características distintivas do património paisagístico, social, cultural e natural da região no âmbito do robustecimento de setores como o turismo e da emergência das atividades culturais e criativas e do digital.

6.2. Da visão à ação

Por se tratar de um processo de avaliação-revisão, não é expectável, nem recomendável, a adoção de uma EIDT 2021-2027 de rotura, mas antes uma transição a partir da atual formulação da EIDT 2014-2020, que ainda está em processo de implementação e não foi devidamente avaliada em todas as suas dimensões – e que, além disso, tem um razoável enquadramento nas orientações europeias para 2021-2027, como se mostra no Anexo I a este relatório.

Também ficou definido à partida que a EIDT renovada não deve estar cativa dos instrumentos concretos de política para o período 2021-2027, mas refletir uma nova focagem e os novos desafios que se colocam à região, incorporando a aprendizagem realizada nos últimos anos.

A nova EIDT vai estruturar-se a partir de **5 objetivos estratégicos**, que se apresentam na figura seguinte. Estes objetivos não são domínios de intervenção temáticos e pretendem-se multidimensionais e integradores da ação que será desenvolvida nos próximos anos. A definição dos domínios estratégicos de intervenção (como eram designados na EIDT 2014-2020) resultará do processo de ajustamento dos instrumentos de política, a diversos níveis, que se realizará nos próximos meses.



Figura 9 – A visão e os objetivos estratégicos da EIDT Alentejo Central 2021-2027.

Demonstrando que a nova EIDT não estabelece uma rotura com a atual, a tabela seguinte relaciona os objetivos estratégicos para a EIDT Alentejo Central 2021-2027 com os domínios estratégicos de intervenção da EIDT 2014-2020.

Esta relação, como referimos e como as secções seguintes vão demonstrar, não corresponde a uma sobreposição ou simples atualização da designação, mas sim a uma alteração estrutural de conceito. O alinhamento, no entanto, é bem visível.

Os objetivos estratégicos da EIDT 2021-2027 e a sua correspondência com os domínios estratégicos de intervenção da EIDT 2014-2020

EIDT 2014-2020 DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	EIDT 2021-2027 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas.	OE1. Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.
Organização e qualificação do território.	OE2. Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.
Competitividade empresarial, emprego e internacionalização.	OE3. Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.
Coesão social e qualidade de vida.	OE4. Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.
Reforço e capacitação institucional.	OE5. Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.

Como síntese, o esquema seguinte procura traduzir esta lógica de construção da EIDT *revisitada*, desde a sua relação com a atualização do diagnóstico ao seu enquadramento nas estratégias nacionais e europeia para o próximo período de programação, aspeto que será abordado mais adiante.

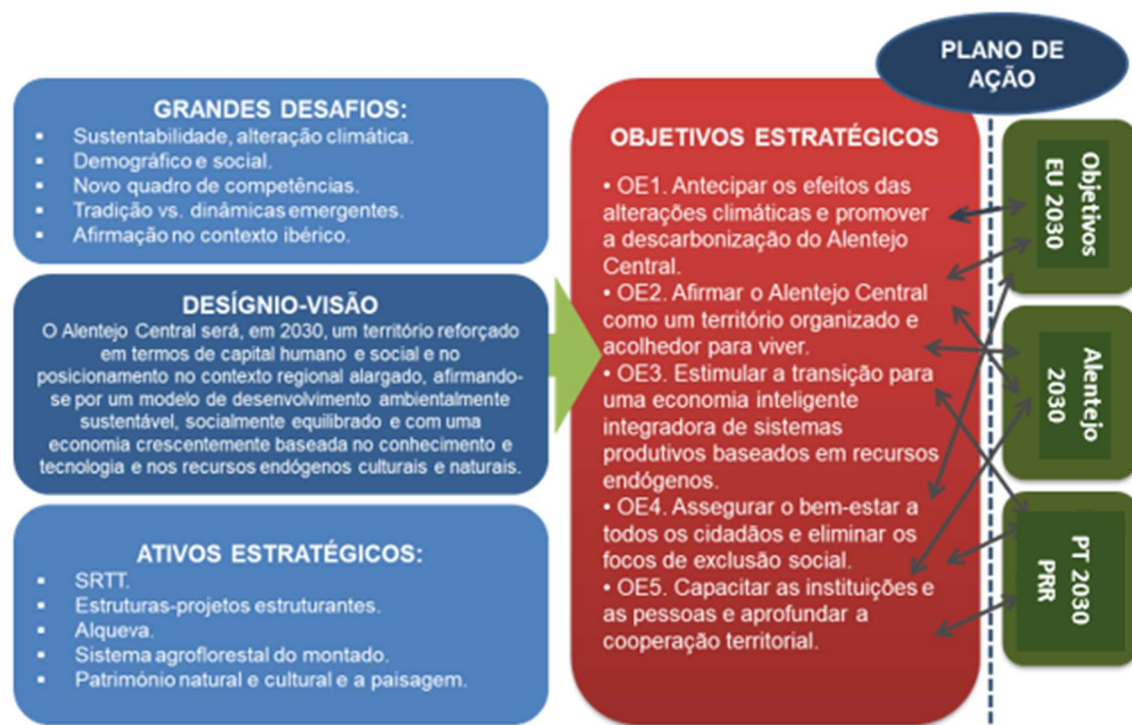


Figura 10 – Síntese da EIDT Alentejo Central 2021-2027: ancoragem, focagem, objetivos e relação com programação.

6.3. Objetivos estratégicos

As secções seguintes são dedicadas à apresentação de cada um dos objetivos estratégicos definidos, abordando a sua natureza e integrada.

Objetivo Estratégico 1

Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.



Figura 11 - Objetivo estratégico 1 e correspondentes domínios intervenção.

Este objetivo foca-se na resposta a um dos principais desafios societários da sub-região - a mitigação das alterações climáticas e a prevenção das suas consequências, designadamente através de uma intervenção ativa no sentido de manter e reforçar o contributo positivo do **Alentejo Central para a neutralidade carbónica** em Portugal e, desejavelmente, posicionar a sub-região como contribuinte líquido para a captação de carbono.

Esta intervenção deve incidir em múltiplos domínios, tendo em vista a necessidade de aumentar a resiliência climática da sociedade e do território e a diminuição das vulnerabilidades, incrementando o conhecimento sobre este processo e promovendo a capacitação das empresas, instituições e pessoas.

RELATÓRIO FINAL

No essencial, esses domínios são:

1. modelos de planeamento e gestão urbana, e territorial em geral, adaptados a estes objetivos, designadamente adotando:
 - a. urbanismo e construção sustentável (no espaço coletivo e nos edifícios),
 - b. soluções integradas de mobilidade urbana sustentável,
2. promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis (nas empresas, nos edifícios urbanos, nos equipamentos e infraestruturas, ...), visando uma região autossuficiente em energia,
3. gestão sustentável do recurso estratégico “água”,
4. novas práticas de produção e consumo (sociedade circular), intervindo aos seguintes níveis (*):
 - educação, informação e sensibilização,
 - mobilização do capital de conhecimento das instituições regionais (p. e. Universidade de Évora) e a capacitação institucional de todos os atores que, nos diversos domínios, podem contribuir para este objetivo,
 - modelos de gestão, produção e distribuição baseados nas cadeias curtas (cuja importância saiu reforçada no contexto da crise pandémica), na bioeconomia, na circularidade e na eficiência energética, em todos os setores económicos.

O diagnóstico realizado, bem como a auscultação dos agentes regionais, permite confirmar a pertinência das prioridades definidas no **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central** - o setor agroflorestal⁵, a biodiversidade e a paisagem, a economia, a saúde humana e a segurança de pessoas e bens. A implementação do programa de ação do PIAAC-AC, designadamente das ações de âmbito intermunicipal e municipal a realizar no curto e médio e prazo, constitui um contributo muito relevante para este objetivo, exigindo a **mobilização e compromisso** de resposta aos desafios atuais e futuros, transversal a todo o território e a todos os setores.

Deve evidenciar-se que a questão das alterações climáticas constitui um desafio, mas também uma oportunidade para a consolidação de **fileiras produtivas alinhadas com a estratégia regional de especialização inteligente** – RIS3 Alentejo, no quadro do SRTT, integrando conhecimento e produção, especialmente nos setores do vinho, olival, cortiça, pecuária, rochas ornamentais e turismo).

Também importa referir que a capacitação institucional e a cooperação – com especial foco nas entidades responsáveis pela implementação do PIAAC-AC, a começar pela própria CIMAC – são elementos-chave nesta estratégia, aspeto que deve ser tido em consideração na definição de planos de ação mais focados no *Objetivo Estratégico 5 - Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial* desta EIDT.

Algumas linhas de ação para concretização deste objetivo estratégico são as seguintes:

- Adotar modelos de planeamento e gestão adaptados à mudança climática (urbanismo e construção sustentável e resiliente, soluções integradas de mobilidade urbana sustentável, monitorização preventiva, ...);

⁵ Neste setor prevê-se que o processo de planeamento relativo à gestão integrada de fogos rurais venha a ter uma nova fase, à escala sub-regional (NUTS 3), através da elaboração de planos intermunicipais.

- Promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis na produção de eletricidade e biocombustíveis;
- Gerir de forma sustentável o recurso estratégico “água”;
- Promover uma sociedade circular, baseada em novas práticas de vida, produção e consumo.

Objetivo Estratégico 2

Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.



Figura 12 - Objetivo estratégico 2 e correspondentes domínios intervenção.

A prossecução deste objetivo implica a intervenção em múltiplos domínios, correspondentes a áreas determinantes da melhoria da qualidade de vida no Alentejo Central e da (consequente) capacidade de fixação-atração de pessoas. Este objetivo ganha importância num contexto de atração pela baixa densidade, traduzida no aumento da procura de vários espaços do Alentejo Central na sequência da pandemia, afirmando um maior potencial de fixação de novas famílias, reforçado pelo incremento do teletrabalho.

Entre os domínios a considerar na prossecução deste objetivo estão:

- i) as **estruturas territoriais** e o **sistema urbano sub-regional**, enquanto matriz territorial para a prestação de serviços à população e para a aposta na atratividade,

- conforme preconiza o PNPOT, cujo desenvolvimento e qualificação reforçará a condições de coesão e sustentabilidade, em particular no contexto de territórios de baixa densidade;
- ii) a **habitação**, impondo a dinamização e o reequilíbrio do mercado com estratégias favoráveis ao arrendamento e à diversificação das tipologias disponíveis;
 - iii) os **serviços coletivos**, passando por assegurar o acesso aos serviços básicos e implementar modelos inovadores de prestação de serviços às populações, a par da qualificação da **rede de equipamentos** (ensino, apoio à infância, saúde, cultura etc.);
 - iv) as **infraestruturas ambientais**, assegurando os serviços à população e, simultaneamente, requalificando e otimizando os sistemas tornando-os mais eficientes;
 - v) o **sistema de mobilidade e transportes**, designadamente o transporte coletivo e as soluções de transporte a pedido (já ensaiadas num projeto-piloto abrangendo alguns municípios do Alentejo Central e do Baixo Alentejo);
 - vi) a **conectividade digital**, melhorando as condições infraestruturais e de serviço no território sub-regional, particularmente relevante numa perspetiva de atração-fixação de (tele)trabalhadores, e robustecendo a infraestrutura tecnológica das escolas;

Este objetivo encontra-se diretamente relacionado com o modelo de desenvolvimento económico (ver OE3), na medida em que as **oportunidades de emprego**, associadas ao desenvolvimento da economia da sub-região, são igualmente determinantes da capacidade de captar e de reter residentes. A este nível é de sublinhar a importância de reforçar a capacidade de “retenção” dos estudantes da Universidade de Évora, criando oportunidades atrativas no mercado de trabalho que motivem a sua manutenção neste território sub-regional. As políticas de valorização salarial e a regulação e fiscalização do mercado de trabalho são elementos adicionais de garantia de criação daquelas condições.

Os **aspetos ambientais** são igualmente fatores de qualidade de vida, pelo que o cumprimento deste objetivo depende também de intervenções nos domínios:

- vii) da qualificação do ambiente **urbano**;
- viii) da **conservação** da natureza;
- ix) da gestão dos **passivos ambientais** (designadamente associados à atividade extrativa);
- x) da qualificação e valorização da **paisagem** (ativo claramente diferenciador da região);
- xi) da remuneração da prestação de **serviços de ecossistema**.

Da mesma forma se releva a importância dos **valores patrimoniais e culturais**, no sentido em que são fundamentais para a construção-consolidação de identidade, para o reforço do sentido de comunidade e ainda para o incremento da atratividade territorial. Nesta medida, este objetivo está ainda associado a intervenções ao nível:

- xii) da **preservação e salvaguarda** de valores patrimoniais e culturais.

O projeto de candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027 pode configurar um elemento verdadeiramente mobilizador e agregador, ao nível intermunicipal, de alguns destes domínios – não só no que respeita aos valores patrimoniais e culturais, mas também do ambiente urbano, dos serviços coletivos ou da conectividade digital -, constituindo um contributo decisivo para tornar a sub-região um território acolhedor e para o projetar enquanto tal.

Este poderá ser um exemplo paradigmático da resposta ao paradoxo que marca esta sub-região: conter um conjunto assinalável de amenidades e, simultaneamente, não ter capacidade para as comunicar e converter em efetiva atratividade (de pessoas e de atividades) e veículo de

RELATÓRIO FINAL

desenvolvimento territorial. Neste sentido, ainda no quadro deste objetivo estratégico importa considerar intervenções no domínio:

- xiii) da **comunicação e do marketing territorial**, numa perspetiva que permita afirmar no exterior (e no território da sub-região) as amenidades do Alentejo Central.

Este objetivo estratégico traduz-se em linhas de ação como as seguintes:

- Qualificar as infraestruturas territoriais e o sistema urbano;
- Promover políticas de habitação abrangentes e inclusivas;
- Garantir o acesso universal a serviços coletivos através de modelos eficientes e inovadores;
- Promover a coesão territorial através da conectividade digital e de sistemas de mobilidade e transportes coletivos e a pedido;
- Qualificar o ambiente urbano;
- Qualificar e valorizar a natureza, a paisagem e os passivos ambientais;
- Valorizar a prestação de serviços de ecossistemas;
- Estimular as práticas culturais e o património cultural como pilares da identidade e da qualidade de vida;
- Promover a atratividade regional através da utilização da comunicação e marketing territorial.

Objetivo Estratégico 3

Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.



Figura 13 - Objetivo estratégico 3 e correspondentes domínios intervenção.

A formulação deste objetivo está profundamente relacionada com a resposta proativa a dois desafios que estão na base desta estratégia: a conjugação virtuosa entre tradição e as dinâmicas emergentes, que ganha importância com a afirmação de produtos turísticos baseadas em recursos patrimoniais, de modelos agrícolas intensivos e de setores de atividade fortemente baseados em tecnologia; e o desafio de uma afirmação do Alentejo Central no contexto do Alentejo e espaço ibérico. **Encontra-se aqui também um quadro de intervenção focado na valorização de alguns dos principais ativos regionais, mesmo aqueles que, não sendo de natureza económica, são suscetíveis de gerar dinâmicas em setores emergentes ou induzindo fatores de inovação nos tradicionais.**

Uma primeira área de intervenção no âmbito deste objetivo é a **consolidação das atividades tecnologicamente evoluídas e do SRTT**, que deve ter um papel central na **transformação do tecido produtivo** e na **captação de investimento**, tendo como referência a **RIS3 Alentejo** (especialmente para os setores agroflorestal, industrial, do turismo e a fileira cultural e criativa). Alguns setores poderão assumir particular relevância neste processo, como sejam a aeronáutica, as tecnologias de informação e comunicação e a saúde, que revela um potencial interessante neste domínio.

No que respeita à **aeronáutica**, o Alentejo Central concentra um conjunto significativo de atividades e empresas/instituições (Parque de Indústria Aeronáutica - Embraer Portugal, EMMAD, Air Olesa, Mecachrome, CEIIA e ainda várias empresas de tecnologias instaladas no Parque Alentejo de Ciência e Tecnologia - PACT) que lhe conferem um forte potencial de afirmação no quadro da estratégia de transição para uma economia inteligente. O contexto regional, onde existem várias outras estruturas/unidades ligadas ao setor, vem reforçar este *cluster* (Aeroporto de Beja, Lauak em Grândola, AeroSpace Hotspot e várias empresas em Porte de Sor).

O importante potencial do setor da **saúde** no domínio do sistema científico e tecnológico regional, implica gerar novas condições de articulação entre a investigação (designadamente, desenvolvida pelas unidades da Universidade de Évora) e a prestação de serviços públicos, particularmente considerando o futuro Hospital Central do Alentejo. Nesse contexto, deverá ser valorizado o papel da saúde na atração de investimento e de recursos humanos qualificados.

Estes setores deverão ser protagonistas do processo de transição para uma economia inteligente, o que implica privilegiar a intensificação destas atividades (maior produção, progressão na cadeia de valor, maior interação entre conhecimento e produção) e também a sua diversificação (apostando efetivamente em todos os **domínios de especialização inteligente** adotados pela região - as tecnologias para a **economia social**, as **indústrias culturais e criativas**, etc.).

Como substrato desta transição, está a afirmar-se um processo de **transformação digital** (na inovação e economia social, na Indústria 4.0, no turismo, etc.), processo este que os efeitos da pandemia de Covid 19 vieram acelerar, com evidentes sinais em várias dimensões, seja no tecido produtivo, seja nos modelos de prestação de serviços, seja ainda nos sistemas de ensino/aprendizagem. Esta transformação encontra no Alentejo Central um terreno particularmente favorável, já que esta sub-região tem um nível de infraestruturização muito significativo. Neste âmbito, o *Territorial Digital Innovation HUB Alentejo Central* pode afirmar-se como um projeto mobilizador. O DIH_AC tem como objetivo organizar e estruturar uma estratégia e um portfólio de serviços para promover a inovação e o empreendedorismo de base tecnológica, com recurso às infraestruturas digitais, processos de aceleração e *mentoring*, com a missão de promover um interface integrado de apoio, espaços de aprendizagem e incubação, facilitação com organismos públicos, relação com investidores, unidades de I&D, empresas âncora e *clusters* industriais e de serviços.

RELATÓRIO FINAL

Não obstante esta focagem tecnológica, a perspetiva de transição que este objetivo explicita tem de ser **integradora e potenciadora de recursos endógenos** (naturais, humanos, simbólicos, do conhecimento, etc.), capazes de promover dinâmicas de desenvolvimento sustentável.

Esta lógica de sustentabilidade tem diversas dimensões – entre outras, preocupações de responsabilidade social em relação ao território, valorização da produção comunitária e visão de uma economia baseada nos princípios ecológicos do ciclo dos materiais e da água (circularidade).

As atividades que estão associados aos **setores primários** (agroflorestal – o **vinho**, o **montado**, a **olivicultura** - e extrativo – no âmbito do **cluster dos recursos minerais**), ao **património natural e cultural**, às **atividades artísticas e criativas** e ao **turismo** (reforçado por novas oportunidades geradas pelo património imaterial, pela dinâmica da candidatura de Évora Capital Europeia da Cultura, pela crescente procura das amenidades territoriais -ecoturismo e turismo de natureza e rural- e pela disponibilidade de um plano de água distintivo – o Alqueva) e também integradas nos domínios de especialização inteligente da região, devem ser pilares desta transição – ou seja, integrando os ativos regionais numa lógica inserida no SRTT.

A modernização do **sistema logístico regional** é outra das áreas de intervenção determinantes da capacidade de concretizar esta transição para uma nova economia no Alentejo Central.

Referem-se aqui alguns domínios de intervenção prioritários:

- A qualificação e gestão colaborativa da **rede de espaços de acolhimento empresarial**. Neste âmbito, refira-se alguma reflexão já realizada pela CIMAC no âmbito do seu projeto sobre serviços partilhados.
- A dinamização de **redes e serviços e infraestruturas de transporte de mercadorias**, com particular destaque para o projeto **ferroviário** de ligação de Sines a Espanha e às projetadas três estações de mercadorias no Alentejo Central – Vendas Novas, Évora e Zona dos Mármoreos.
- A implementação de **redes de frio** para armazenamento-expedição da produção agropecuária e agroalimentar de todo o Alentejo é outro elemento muito relevante para uma economia que internalize níveis elevados de valor acrescentado para a sub-região.

Este objetivo exige algumas atuações em domínios mais imateriais, destinados a **favorecer o ambiente económico e a reforçar a capacidade de atração de investimento**, designadamente ao nível da atração de profissionais qualificados e capacitação dos ativos, da capacitação de agentes do sistema produtivo e do SRTT, da promoção económica do Alentejo Central no exterior e da implementação da Agenda Regional para a Economia Circular no Alentejo Central.

As principais linhas de ação associadas a este objetivo estratégico são, então, as seguintes:

- Consolidar o SRTT e as atividades tecnologicamente evoluídas, tendo como referência os domínios da EREI e ENEI;
- Promover a transformação digital;
- Modernizar o sistema logístico regional;
- Favorecer o ambiente económico e reforçar a capacidade de promoção e atração de investimento;
- Atrair profissionais qualificados e capacitar os ativos humanos e os agentes do sistema produtivo;
- Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular no AC.

Objetivo Estratégico 4

Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.

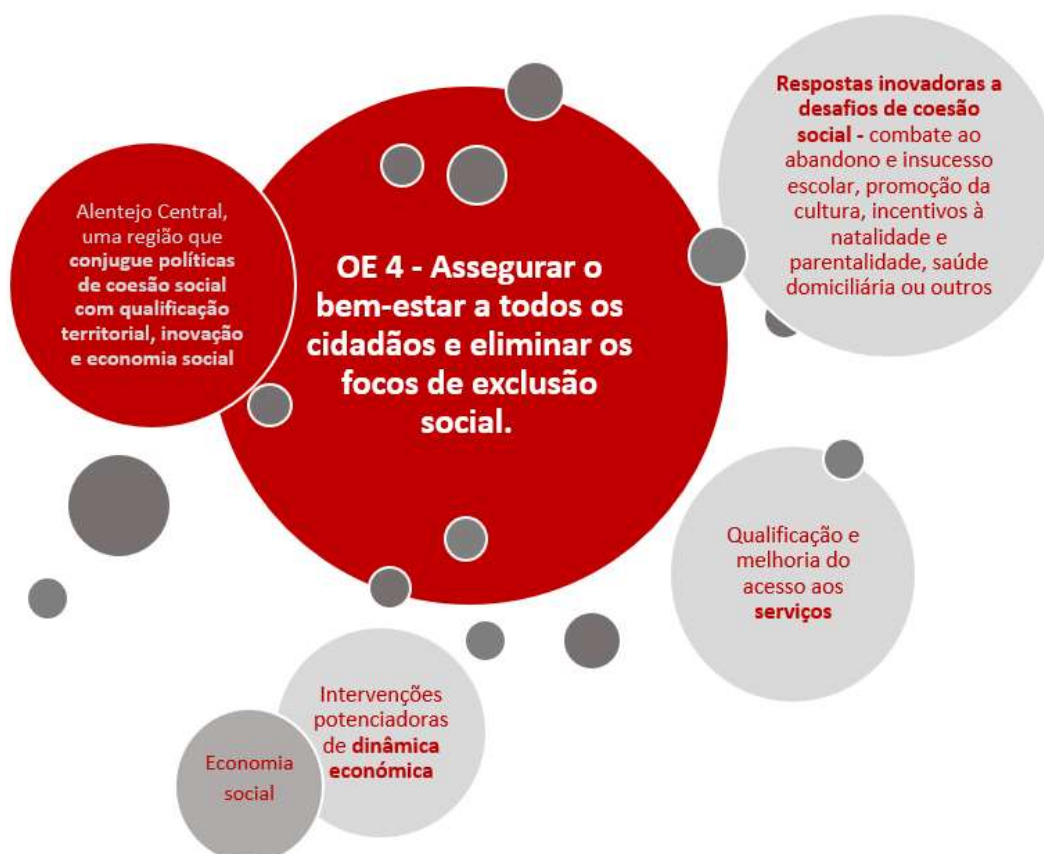


Figura 14 - Objetivo estratégico 4 e correspondentes domínios intervenção.

Este objetivo foca-se na **resposta a questões específicas de alguns segmentos da população**, pressupondo a possibilidade de dar oportunidades a todos, atender aos que necessitam ou corrigir assimetrias.

Dar resposta às necessidades ou problemas de alguns segmentos ou da generalidade da população não resulta apenas daquele imperativo político-social. Este intento tem também uma **dimensão estratégica** muito relevante, na medida em que a **conjugação de políticas de coesão social**, que são genericamente intangíveis-imateriais, **com políticas de qualificação e infraestruturação territorial**, de natureza mais física-material, gera um **efeito de valor acrescentado** e dá eficácia-eficiência a essas políticas.

Neste sentido, a prossecução deste objetivo estratégico pressupõe:

- i) um conjunto de intervenções, de natureza essencialmente não-infraestrutural, dirigidas a **promoção da coesão**, ao nível de programas de combate ao abandono e insucesso escolar, promoção da cultura (também em articulação com a Educação), incentivos à natalidade e parentalidade, assistência social e saúde domiciliária, entre outros domínios.

- ii) intervenções no domínio da **qualificação e melhoria do acesso aos serviços** ao nível do ensino e do apoio à infância, da mobilidade e conectividade, da saúde, etc.

No quadro da EIDT do Alentejo Central, as intervenções a promover devem também ser **potenciadoras de dinâmica económica**, inserindo-se no domínio prioritário das *tecnologias e serviços especializados da Economia Social* da RIS 3 Alentejo. As necessidades críticas, tornadas evidentes pela pandemia de Covid-19, de alguns grupos populacionais específicos, como sejam os mais velhos que vivem sós ou que se encontram institucionalizados, devem merecer uma atenção particular neste domínio.

Nesta medida, definem-se as seguintes linhas de ação principais enquadradas por este objetivo estratégico:

- Combater o abandono e o insucesso escolar;
- Melhorar o acesso aos serviços de educação e do apoio à infância;
- Criar incentivos à natalidade e parentalidade;
- Inovar e universalizar os serviços de assistência social, saúde pública e saúde domiciliária;
- Promover a cultura como fator de inclusão e coesão.

Objetivo Estratégico 5

Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.



Figura 15 - Objetivo estratégico 5 e correspondentes domínios intervenção.

Este objetivo, de natureza abrangente e transversal, é especialmente importante no modelo de desenvolvimento que esta estratégia assume.

Desde logo, na medida em que é necessário **conter-inverter o processo de retração**, que não é apenas demográfica ou económica, é também **institucional e coletiva**. Com efeito, o tecido social e organizativo também registou um declínio importante, sendo prioritário contrariar essa tendência e fortalecer as instituições e organizações do Alentejo Central.

Por outro lado, **estimular o processo de desenvolvimento social, territorial e económico** do Alentejo Central, invertendo a dinâmicas de perda referidas a partir de um **modelo que valoriza os ativos e os recursos** do território exige uma **estrutura socioinstitucional** devidamente preparada, ao nível da administração pública, do associativismo, da cidadania, das empresas, enfim, de todas as tipologias de atores com potencial de intervenção numa estratégia de desenvolvimento dessa natureza.

Neste contexto, devem considerar-se intervenções nos seguintes domínios:

- i) **capacitação das instituições**, designadamente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal;
- ii) **capacitação das pessoas**, sejam técnicos das instituições, sejam cidadãos em geral, por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação;
- iii) **cooperação territorial**, ao nível intrarregional, mas igualmente no contexto inter-regional e transfronteiriço.

Com efeito, torna-se necessário aprofundar o processo, já iniciado, de **capacitação institucional**, alargando-o a instituições de diversa natureza, incluindo **organizações de base local**, designadamente do setor da economia social.

A experiência de resposta à crise sanitária e social associada à Covid 19 é exemplar dessa necessidade de aprofundamento da capacitação e da articulação institucional.

Numa leitura restrita à dimensão administrativa, o desafio do **novo quadro de competências** e de partilha de serviços ao nível municipal, prevista no quadro do processo de descentralização administrativa em curso, exigirá um **esforço de capacitação**, dirigido à CIMAC e às autarquias (municípios e freguesias), **bem mais robusto** do que o necessário para assegurar as competências municipais no contexto atual. Com efeito, para além do reforço dos meios financeiros, este quadro exige o robustecimento dos meios humanos, de modo a capacitar a estrutura técnica da Administração pública local, prioritariamente, nos domínios que serão objeto de transferência de competências. Ao nível da Administração pública é igualmente relevante a necessidade de garantir o robustecimento dos serviços públicos digitais tendo em vista melhorar a qualidade e a resposta destes serviços, integrá-los e aumentar a sua eficiência e transparência.

Simultaneamente, importa dinamizar a **cooperação interna e com o exterior**, designadamente no contexto transfronteiriço-inter-regional. Neste âmbito, importa estimular a participação do Alentejo Central, ou dos seus municípios, em Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, um modelo institucional que pode ser vantajoso no quadro das políticas europeias na próxima década.

Em termos mais globais, as respostas aos problemas e aos desafios que se colocam ao Alentejo central, como noutros territórios com dinâmicas idênticas, exigem uma **sociedade mais informada, qualificada e colaborativa**. A visão e os objetivos que norteiam a estratégia não são concretizáveis com lógicas lineares ou segmentadas de intervenção, apelando à conjugação de âmbitos de ação e de energias diversas. **Qualificar as competências**, seja no sentido formal ou informal, **das pessoas** e prepará-las para as profissões do futuro e **innovar nos processos participativos e colaborativos** (por exemplo com a criação de *think tanks* no âmbito das alterações climáticas) tornam-se, pois, imperativos para prosseguir esta estratégia.

Este objetivo consubstancia-se, assim, nas seguintes linhas de ação:

- Capacitar as instituições, especialmente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal;
- Capacitar as pessoas por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação;
- Reforçar a cooperação territorial, ao nível intrarregional, inter-regional e transfronteiriço.

6.4. Operacionalização da estratégia

A formulação de uma estratégia orientada para objetivos, e não para instrumentos de política, pressupõe que a sua operacionalização seja materializada através de programas de ação que implementem esses instrumentos no território de forma integrada e coerente com os objetivos.

Alguns desses programas de ação serão específicos dos instrumentos de programação, cujos contornos ainda não são conhecidos. Admite-se que poderão estar na linha dos que já vigoram no atual quadro de programação, como os PDCT, DLBC, PEDU, PIICIE ou CLDS. Nestes casos, importa que a sua preparação seja devidamente inserida na lógica da EIDT, com os seus objetivos específicos bem enquadrados pelos objetivos estratégicos da EIDT, e que os critérios e o processo de seleção de projetos que serão financiados no período 2021-2027 garantam essa coerência.

Noutros casos, haverá estratégias e programas de natureza temática ou territorial, mais ou menos complexos e integrados, específicos para o Alentejo Central ou de âmbito alargado a toda a Região Alentejo, cujo contributo para os objetivos de desenvolvimento também pode considerar-se muito relevante. Nestes casos, mesmo que não esteja em causa financiamento comunitário, o envolvimento ou o acompanhamento ativo por parte da CIMAC também devem ser garantidos no quadro das orientações da EIDT. São exemplos, neste caso, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o futuro programa de ação para a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, a Agenda Regional para a Economia Circular, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) ou outros de natureza diversa.

Este modelo de operacionalização representa-se, de forma esquemática e exemplificativa (no sentido em que o quadro de programas apenas poderá ser completado em fase de plano de ação, quando se conhecerem as linhas definitivas dos instrumentos de política pública nacional e europeia para 2021-2027), na figura da página seguinte. A intensidade-centralidade do contributo de cada instrumento operacional para cada Objetivo Estratégico corresponde a uma ligação contínua ou tracejada.

De uma forma geral, fica evidente a necessidade de monitorizar ativamente (e preventivamente) as iniciativas de intervenção concreta na sub-região, promovendo o seu alinhamento com a EIDT. Como as avaliações realizadas já sugerem, esta monitorização não foi garantida no atual período de programação, essencialmente devido à prevalência da lógica fragmentada dos instrumentos financeiros do Portugal 2020 e à rigidez da EIDT – problema não exclusivo do Alentejo Central, mas generalizado a todo o país.

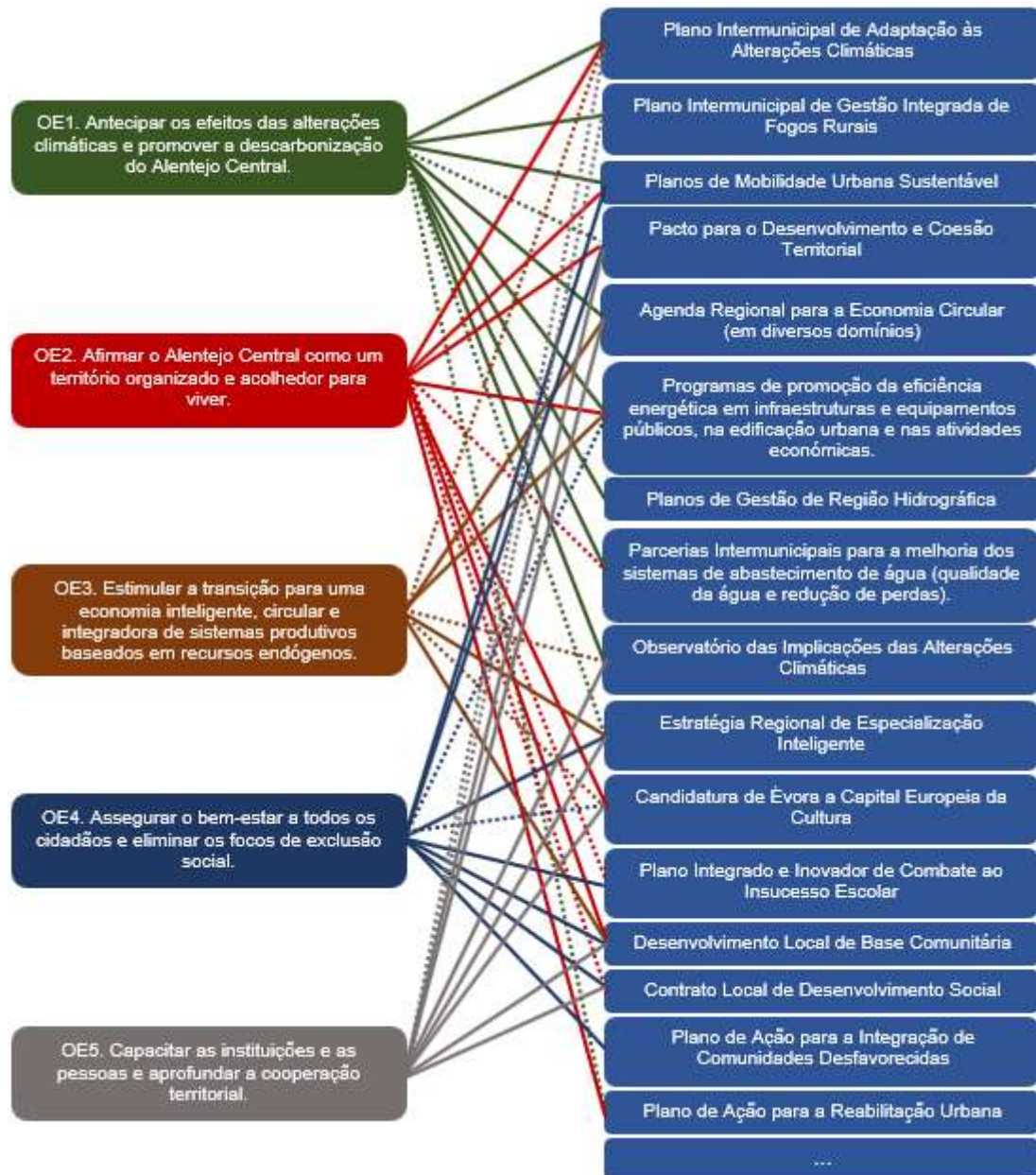


Figura 16 – Modelo de operacionalização da EIDT 2021-2027.

6.5. Enquadramento nas orientações e objetivos de política europeia, nacional e regional para 2027

Tal como se tem vindo a referir, a EIDT Alentejo Central deve apresentar um bom nível de coerência com as orientações e objetivos de estratégia definida para o espaço europeu, nacional e regional. Na tabela seguinte faz-se um cruzamento entre essas orientações e os objetivos estratégicos da EIDT. O resultado desta análise pode considerar-se muito satisfatório, já que revela uma articulação que é simultaneamente abrangente e seletiva.

<p>Objetivos Estratégicos Europeus e orientações em matéria de investimento para Portugal</p> <p>Agendas Temáticas Portugal 2030 e Desafios Regionais Alentejo 2030</p>	<p>Uma Europa mais inteligente Melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançada Tirar proveito das vantagens da digitalização e promover a inclusão digital Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo</p>	<p>Uma Europa mais verde e hipocarbónica Promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes Promover a gestão sustentável dos recursos hídricos Promover a transição para a economia circular</p>	<p>Uma Europa mais conectada Desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal Promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável</p>	<p>Uma Europa mais social Melhorar o acesso aos postos de trabalho ... Promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar Melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso, ... Promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, ... Promover a inclusão ativa e combater a privação material; ...</p>	<p>Uma Europa mais próxima dos cidadãos Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas interiores e rurais de baixa densidade demográfica</p>
<p>AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade</p> <p>DR1. Revitalização Demográfica pela competitividade territorial na excelência dos serviços de suporte DR6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva</p>				<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos. OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social. OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p>	<p>OE 2 Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver. OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p>
<p>AT2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento</p> <p>DR2 Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico de competências para um novo paradigma produtivo DR6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva</p>	<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos. OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p>	<p>OE 1 Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.</p>		<p>OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.</p>	
<p>AT3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos</p> <p>DR4. Sustentabilidade Territorial pela mitigação e adaptação aos impactos/ /riscos das alterações climáticas</p>	<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.</p>	<p>OE 1 Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central. OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p>		<p>OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.</p>	<p>OE 2 Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.</p>
<p>AT4. Um país competitivo externamente e coeso internamente</p> <p>DR5. Promoção de sustentabilidade do sistema urbano regional, fator de competitividade e coesão territorial DR6. Reforçar as condições de Governação e de Ação Coletiva</p>	<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.</p>		<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.</p>	<p>OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.</p>	<p>OE 2 Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver. OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p>

No que respeita ao enquadramento regional, foi feito um cruzamento entre os Planos de Ação da Estratégia Regional Alentejo 2030 e os Objetivos Estratégicos estabelecidos para o Alentejo Central, considerando as correspondentes linhas de ação. A matriz seguinte sistematiza o resultado desse exercício, evidenciando as articulações entre a estratégia sub-regional e o referencial regional.

<p>Objetivos estratégicos e linhas de ação EIDT – AC 2021-27</p> <p>Planos de Ação Estratégia Alentejo 2030</p>	<p>OE 1 Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.</p> <ul style="list-style-type: none"> Adotar modelos de planeamento e gestão adaptados à mudança climática (urbanismo e construção sustentável e resiliente, soluções integradas de mobilidade urbana sustentável, monitorização preventiva, ...) Promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis na produção de eletricidade e biocombustíveis Gerir de forma sustentável o recurso estratégico “água” Promover uma sociedade circular, baseada em novas práticas de vida, produção e consumo 	<p>OE 2 Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualificar as infraestruturas territoriais e o sistema urbano Promover políticas de habitação abrangentes e inclusivas Garantir o acesso universal a serviços coletivos através de modelos eficientes e inovadores Promover a coesão territorial através da conectividade digital e de sistemas de mobilidade e transportes coletivos e a pedido. Qualificar o ambiente urbano Qualificar e valorizar a natureza, a paisagem e os passivos ambientais Valorizar a prestação de serviços de ecossistemas Estimular as práticas culturais e o património cultural como pilares da identidade e da qualidade de vida Promover a atratividade regional através da utilização da comunicação e marketing territorial 	<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Consolidar o SRTT e as atividades tecnologicamente evoluídas, tendo como referência os domínios da EREI e ENEI. Promover a transformação digital. Modernizar o sistema logístico regional. Favorecer o ambiente económico e reforçar a capacidade de promoção e atração de investimento Atrair profissionais qualificados e capacitar os ativos humanos e os agentes do sistema produtivo Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular no AC. 	<p>OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.</p> <ul style="list-style-type: none"> Combater o abandono e o insucesso escolar. Melhorar o acesso aos serviços de educação e do apoio à infância Criar incentivos à natalidade e parentalidade. Inovar e universalizar os serviços de assistência social, saúde pública e saúde domiciliária. 	<p>OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitar as instituições, especialmente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal Capacitar as pessoas por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação Reforçar a cooperação territorial, ao nível intrarregional, inter-regional e transfronteiriço.
<p>PA 1 - Provisão e Acesso a Serviços de Interesse Geral (SIG) [PI relativas à melhoria dos sistemas de saúde, educação e formação, promoção da inclusão ativa e reforço do acesso territorialmente equitativo e atempado a outros serviços de qualidade sustentáveis].</p>		<ul style="list-style-type: none"> Qualificar as infraestruturas territoriais e o sistema urbano Promover políticas de habitação abrangentes e inclusivas Garantir o acesso universal a serviços coletivos através de modelos eficientes e inovadores Promover a coesão territorial através da conectividade digital e de sistemas de mobilidade e transportes coletivos e a pedido. Qualificar o ambiente urbano Estimular as práticas culturais e o património cultural como pilares da identidade e da qualidade de vida Promover a atratividade regional através da utilização da comunicação e marketing territorial 		<ul style="list-style-type: none"> Combater o abandono e o insucesso escolar. Melhorar o acesso aos serviços de educação e do apoio à infância Criar incentivos à natalidade e parentalidade. Inovar e universalizar os serviços de assistência social, saúde pública e saúde domiciliária. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar as instituições, especialmente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal
<p>PA 2 - Sustentabilidade Territorial, Património natural e Ação Climática [PI relativas: ao ciclo urbano da água; à gestão de resíduos; à proteção do litoral; aos passivos ambientais; à promoção da eficiência energética e das energias renováveis, da mitigação e adaptação às alterações climáticas; e à prevenção de riscos]</p>	<ul style="list-style-type: none"> Adotar modelos de planeamento e gestão adaptados à mudança climática (urbanismo e construção sustentável e resiliente, soluções integradas de mobilidade urbana sustentável, monitorização preventiva, ...) Promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis na produção de eletricidade e biocombustíveis Gerir de forma sustentável o recurso estratégico “água” Promover uma sociedade circular, baseada em novas práticas de vida, produção e consumo 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar e valorizar a natureza, a paisagem e os passivos ambientais Valorizar a prestação de serviços de ecossistemas 			

<p>Objetivos estratégicos e linhas de ação EIDT – AC 2021-27</p> <p>Planos de Ação Estratégia Alentejo 2030</p>	<p>OE 1 Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.</p> <ul style="list-style-type: none"> Adotar modelos de planeamento e gestão adaptados à mudança climática (urbanismo e construção sustentável e resiliente, soluções integradas de mobilidade urbana sustentável, monitorização preventiva, ...) Promover a eficiência energética e a utilização de energias renováveis na produção de eletricidade e biocombustíveis Gerir de forma sustentável o recurso estratégico “água” Promover uma sociedade circular, baseada em novas práticas de vida, produção e consumo 	<p>OE 2 Afirmar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualificar as infraestruturas territoriais e o sistema urbano Promover políticas de habitação abrangentes e inclusivas Garantir o acesso universal a serviços coletivos através de modelos eficientes e inovadores Promover a coesão territorial através da conectividade digital e de sistemas de mobilidade e transportes coletivos e a pedido. Qualificar o ambiente urbano Qualificar e valorizar a natureza, a paisagem e os passivos ambientais Valorizar a prestação de serviços de ecossistemas Estimular as práticas culturais e o património cultural como pilares da identidade e da qualidade de vida Promover a atratividade regional através da utilização da comunicação e marketing territorial 	<p>OE 3 Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Consolidar o SRTT e as atividades tecnologicamente evoluídas, tendo como referência os domínios da EREI e ENEI. Promover a transformação digital. Modernizar o sistema logístico regional. Favorecer o ambiente económico e reforçar a capacidade de promoção e atração de investimento Atrair profissionais qualificados e capacitar os ativos humanos e os agentes do sistema produtivo Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular no AC. 	<p>OE4 Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.</p> <ul style="list-style-type: none"> Combater o abandono e o insucesso escolar. Melhorar o acesso aos serviços de educação e do apoio à infância e parentalidade. Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular no AC. 	<p>OE 5 Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitar as instituições, especialmente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal Capacitar as pessoas por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação Reforçar a cooperação territorial, ao nível intrarregional, inter-regional e transfronteiriço.
<p>PA 3 - Conhecimento e Inovação [PI relativas à melhoria das capacidades de Investigação e Inovação, à adoção de tecnologias avançadas, à digitalização da economia e dos serviços e ao desenvolvimento de competências dos domínios de especialização inteligente]</p>			<ul style="list-style-type: none"> Consolidar o SRTT e as atividades tecnologicamente evoluídas, tendo como referência os domínios da EREI e ENEI. Promover a transformação digital. Favorecer o ambiente económico e reforçar a capacidade de promoção e atração de investimento Atrair profissionais qualificados e capacitar os ativos humanos e os agentes do sistema produtivo Implementar a Agenda Regional para a Economia Circular no AC. 		
<p>PA 4 - Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo [PI relativas ao reforço do crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas.]</p>		<ul style="list-style-type: none"> Promover a coesão territorial através da conectividade digital e de sistemas de mobilidade e transportes coletivos e a pedido. Promover a atratividade regional através da utilização da comunicação e marketing territorial 	<ul style="list-style-type: none"> Modernizar o sistema logístico regional. Favorecer o ambiente económico e reforçar a capacidade de promoção e atração de investimento 		
<p>PA 5 - Qualificação, Emprego e Inclusão [PI relativas à melhoria do acesso aos postos de trabalho, modernização das instituições e serviços de apoio ao mercado de trabalho, à melhoria dos sistemas de educação e formação e à promoção igualdade de acesso e da aprendizagem ao longo da vida.]</p>				<ul style="list-style-type: none"> Combater o abandono e o insucesso escolar. Criar incentivos à natalidade e parentalidade. Inovar e universalizar os serviços de assistência social, saúde pública e saúde domiciliária. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar as pessoas por via da educação, da qualificação de competências e do reforço da informação
<p>PA 6 - Cooperação territorial</p>					<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a cooperação territorial, ao nível intrarregional, inter-regional e transfronteiriço.
<p>PA 7 - Governança e Capacitação</p>			<ul style="list-style-type: none"> Atrair profissionais qualificados e capacitar os ativos humanos e os agentes do sistema produtivo 		<ul style="list-style-type: none"> Capacitar as instituições, especialmente no quadro da descentralização de competências e da partilha de serviços ao nível municipal
<p>PA 8 – Água (ITI Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Algarve)</p>	<p>Embora não se aplique diretamente no AC, pode haver cruzamentos com o OE 1.</p>	<p>Embora não se aplique diretamente no AC, pode haver cruzamentos com o OE 2.</p>			

6.6. Resultados e metas

A definição de metas e resultados para a EIDT 2021-2027 não pode deixar de ser equacionada em linha com as opções que venham a ser assumidas a nível regional e nacional na programação 2021-2027. Na verdade, não pode ignorar-se que as intervenções a programar para o Alentejo Central contribuirão para a concretização de metas e resultados que venham a ser estabelecidas nesses dois planos.

Assim sendo, na ausência desses elementos de enquadramento, parece-nos precipitado abordar a questão das metas e resultados nessa ótica tão operacional, sendo mais adequado adotar uma perspetiva de nível estratégico, que permita dar uma métrica às ambições regionais e aos objetivos estratégicos definidos.

Metas de posicionamento do Alentejo Central no contexto nacional

Uma primeira abordagem à proposta de metas para a EIDT recorre ao *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*, do INE, detalhadamente apresentado no *Anexo II.2* a este relatório. Apesar das questões relacionadas com a sua natureza relativa, este índice (e as suas 3 componentes: coesão, competitividade e qualidade ambiental) é uma boa ferramenta para a fixação e monitorização de metas.

Área	Índice global	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00
Continente	100,41	100,72	100,87	99,59
Norte	99,55	98,43	98,49	101,91
Centro	96,73	93,08	99,86	97,46
Área Metropolitana de Lisboa	106,36	113,18	106,78	98,37
Alentejo	95,95	90,66	95,51	102,27
<i>Alentejo Litoral</i>	<i>96,85</i>	<i>101,90</i>	<i>95,14</i>	<i>93,08</i>
<i>Baixo Alentejo</i>	<i>94,01</i>	<i>88,35</i>	<i>89,00</i>	<i>105,58</i>
<i>Lezíria do Tejo</i>	<i>95,29</i>	<i>90,65</i>	<i>94,78</i>	<i>100,96</i>
<i>Alto Alentejo</i>	<i>95,14</i>	<i>81,66</i>	<i>96,69</i>	<i>108,41</i>
Alentejo Central	98,46	91,84	101,01	103,07
Algarve	94,99	94,17	95,83	95,00
Região Autónoma dos Açores	89,84	83,24	79,86	107,71
Região Autónoma da Madeira	93,86	88,25	85,91	108,49

Figura 17 – Valores do *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – 2017* (INE, 2019).

Neste quadro abrangente, a EIDT deverá contribuir para que a sub-região do Alentejo Central atinja as seguintes metas até 2027:

- Superar a média nacional (pontuação acima de 100) no ISDR.
- Situar-se no *top 5* das NUTS 3 portuguesas, com valor acima de 100 pontos, no *Índice de Coesão*.
- Apresentar um *Índice de Competitividade* em linha com a média nacional (=100).
- Manter-se com um *Índice de Qualidade Ambiental* acima da média nacional e no *top 10* das NUTS 3.

Assumir estas metas significa que a ação em domínios tradicionalmente mais relacionados com a intervenção municipal (coesão e qualidade ambiental) deve manter-se consistente, apelando a um nível de concertação entre municípios, de partilha no âmbito da CIMAC e de cooperação com parceiros externos no sentido de focar as intervenções, otimizar recursos e garantir níveis de eficiência elevados.

As metas relacionadas com a coesão têm uma relação mais clara com os objetivos estratégicos 2 (um território acolhedor), 4 (um território inclusivo) e, pela sua natureza mais transversal, também o objetivo estratégico 5 (uma região mais capacitada e colaborativa).

No caso da qualidade ambiental, os contributos virão mais marcadamente das intervenções que contribuirão para o objetivo estratégico 1 (descarbonização e ação climática), mas também dos objetivos 2 (um território organizado), 3 (uma economia valorizadora dos recursos) e 5 (uma região mais capacitada e colaborativa).

Mas é nos domínios relacionados com a competitividade, em que o protagonismo do poder local é menos marcado, que as margens de progresso se mostram mais ambiciosas. Os objetivos estratégicos 3 (transição para uma economia inteligente e valorizadora de recursos endógenos) e 5 (uma região mais capacitada e colaborativa) serão, neste quadro, decisivos.

Metas regionais no âmbito das estratégias regional, nacional e europeia

Numa fase posterior, em que já se conheçam mais elementos de enquadramento, será possível definir um quadro de metas que, correspondendo a domínios de diagnóstico-prioridades que a Comissão Europeia define para Portugal no período de programação 2021-2027⁶ ou a domínios de monitorização do próprio Portugal 2020⁷, sejam assimiláveis ao cumprimento dos objetivos estratégicos da EIDT.

⁶ Cf. anexo C do documento COM (2019) 150 final - Semestre Europeu de 2019 (relatório referente a Portugal).

⁷ Sistema de indicadores do Portugal 2020 (Instituto Nacional de Estatística).

ANEXOS

ANEXO I – Orientações e objetivos de nível europeu, nacional e regional para 2021-2027.

ANEXO II – Atualização estatística.

ANEXO I – Orientações e objetivos de nível europeu, nacional e regional para 2021-2027

Anexo I.1. Objetivos europeus e orientações em matéria de investimento para Portugal 2021-2027 (Anexo D do Relatório do Semestre Europeu – Portugal; 2019)

Objetivo estratégico	Dimensões temáticas	Orientações em matéria de investimento (Anexo D)
Uma Europa mais inteligente	Investigação, transferência de tecnologia e inovação nas empresas Mobilização de recursos humanos qualificados Competências e serviços digitais Competências nos domínios de especialização inteligente e empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançada (investimento público e privado na investigação e inovação, colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados, mobilidade de recursos humanos qualificados) • tirar proveito das vantagens da digitalização e promover a inclusão digital (aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, integração das tecnologias digitais nas empresas nomeadamente polos de inovação digital; alargar o leque dos serviços digitais, com destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas e para grupos vulneráveis) • reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas (expandir as atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos, fomentar o ecossistema empresarial, facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como sensibilização para oportunidades de financiamento e serviços empresariais avançados para PME) • desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo (formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, bem como em domínios emergentes)
Uma Europa mais verde e hipocarbónica	Alterações climáticas Prevenção de riscos Economia circular Energias renováveis e eficiência energética Gestão de recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • promover medidas de eficiência energética e as energias renováveis (edifícios públicos, para habitação e PME, transição para as energias renováveis, maior percentagem de energias renováveis no sistema energético) • promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a capacidade de resistência às catástrofes (medidas transeitoriais de prevenção e adaptação, reforçar a capacidade de gestão e de resposta) • promover a gestão sustentável dos recursos hídricos (Promover utilização eficiente dos recursos hídricos recolha e o tratamento de águas residuais reabilitação da massa de água, promover o armazenamento e a purificação) • promover a transição para a economia circular (reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, instalações de reciclagem e tratamento, desenvolvimento das capacidades, sensibilização)

RELATÓRIO FINAL

<p>Uma Europa mais conectada</p>	<p>Redes de transportes e transportes inteligentes Digitalização e soluções inovadoras para cidades inteligentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolver uma mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal (rede transeuropeia de transportes, infraestruturas portuárias, digitalização sistemas de transportes, corredores ferroviários) • promover uma mobilidade urbana multimodal sustentável (meios de transporte sustentáveis e acessíveis, transporte público hipocarbónico, Investimentos que reduzam externalidades negativas dos transportes, sistema de transportes inteligente, digitalização e soluções inovadoras)
<p>Uma Europa mais social</p>	<p>Mercado de trabalho Ensino e a formação profissional Conciliação entre vida profissional e familiar: serviços de apoio à infância Inclusão ativa e proteção social Saúde e envelhecimento ativo Comunidades marginalizadas, de migrantes e grupos desfavorecidos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar o acesso aos postos de trabalho por parte de todos os candidatos a emprego, bem como para modernizar as instituições e os serviços de apoio ao mercado de trabalho (medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho, subvenções de recrutamento, melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego) • promover a igualdade de acesso e uma melhor conciliação entre vida profissional e familiar (acolhimento de crianças e extraescolar) • melhorar os sistemas de educação e formação, promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos (prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência, promover ensino e formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais) • promover o acesso equitativo e atempado a cuidados de saúde de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, nomeadamente a cuidados de longa duração, bem como políticas para promover o envelhecimento ativo e saudável (competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo; infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, cuidados integrados) • promover a inclusão ativa e combater a privação material; reforçar o acesso equitativo e atempado a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis e modernizar os sistemas de proteção social (apoiar pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados, integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social, combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados)
<p>Uma Europa mais próxima dos cidadãos</p>	<p>Sistemas urbanos e áreas funcionais fragilizadas e em transformação Problemáticas das zonas rurais e de baixa densidade demográfica: acesso aos serviços básicos, inovação e valorização do potencial endógeno, atração de investimento Relação das cidades com os <i>hinterland</i> rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas urbanas (bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas) • Promover, a nível local, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado das zonas interiores e rurais de baixa densidade demográfica (estratégias territoriais integradas e sustentáveis, melhoria do acesso aos serviços básicos, soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios, incentivar ações comuns com regiões limítrofes)

Anexo I.2. Objetivos europeus vs. orientações de política (PNR) e desafios regionais

(Extraído de *Proposta de Resumo de Reflexão Sobre o Que Falta* - Plano de Ação Alentejo 2030, Roteiro 2019, CCDR Alentejo, julho 2019)

Orientações de Política (COM)	Orientações de Política (PNR)	Desafios Alentejo_2030
OP1. Uma Europa mais Inteligente	AT2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica
OP2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica	AT4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	DR4. Sustentabilidade Territorial pela adaptação e pela mitigação dos impactos/riscos das alterações climáticas
OP3. Uma Europa mais conectada	AT3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território
OP5. Uma Europa mais próxima		
OP4. Uma Europa mais Social	AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	DR1. Revitalização Demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego e pela excelência dos serviços de suporte

Orientações de Política (COM)	Orientações de Política (PNR)	Desafios Alentejo_2030	Concentração Temática
OP1. Uma Europa mais Inteligente	AT2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica	Valor igual ou superior a 45% do FEDER do estado membro (os PO temáticos podem ser os responsáveis por cumprir)
OP2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica	AT4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	DR4. Sustentabilidade Territorial pela adaptação e pela mitigação dos impactos/riscos das alterações climáticas	Valor igual ou superior a 30% do FEDER do estado membro (os PO temáticos podem ser os responsáveis por cumprir)
OP3. Uma Europa mais conectada	AT3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território	Valor igual ou superior a 27% do FSE+ do estado membro (os PO temáticos podem ser os responsáveis por cumprir) na inclusão social (2% na privação)
OP5. Uma Europa mais próxima			
OP4. Uma Europa mais Social	AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	DR1. Revitalização Demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego e pela excelência dos serviços de suporte	

RELATÓRIO FINAL

Orientações de Política (COM)	Orientações de Política (PNR)	Desafios Alentejo_2030	Concentração Temática
OP1. Uma Europa mais Inteligente	AT2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade, combinando os recursos e ativos estratégicos em processos integrados de valorização económica	As dotações programadas no âmbito do OP5 para ferramentas territoriais integradas não são tidas em conta para efeitos do cumprimento da concentração temática para os OP 1 e 2; Valor igual ou superior a 6% do FEDER do estado membro afeto ao desenvolvimento urbano sustentável sob a forma de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, aos investimentos territoriais integrados ou a outro instrumento territorial no âmbito do OP 5; Valor igual ou superior a 30% do FEDER e 37% do FC do estado membro devem estar associados a ações relativas ao Clima.
OP2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica	AT4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	DR4. Sustentabilidade Territorial pela adaptação e pela mitigação dos impactos/riscos das alterações climáticas	
OP3. Uma Europa mais conectada OP5. Uma Europa mais próxima	AT3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional e da sua (inter)conectividade na estruturação sustentável e eficiente do território	
OP4. Uma Europa mais Social	AT1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	DR1. Revitalização Demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego e pela excelência dos serviços de suporte	

Desafios Alentejo_2030	CIMAL	CIMAC	CIMBAL	CIMLT	CIMAA
DR2. Reforço da Ação Coletiva Regional		O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial...	Território em Rede(s)	Governação estratégica e eficiência da Administração Pública	Governação estratégica em rede
DR6. Consolidação do Sistema Regional de Inovação	Afirmção do Pólo Económico de Sines		Território Empreendedor e Produtivo		Inovação e Formação de Competências
DR3. Alargamento da Base Territorial da Competitividade	Construção e afirmação do Produto Turístico	"...Alentejo Central como plataforma territorial ... desenvolvimento e competitividade económica..."	Território Amigo do Investimento	Desenvolvimento competitivo da base económica regional	Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades Económicas
DR4. Sustentabilidade Territorial	Valorização dos Recursos Endógenos	A preservação ... património paisagístico e natural ...	Território de Excelência Ambiental	Requalificação e sustentabilidade territorial	Qualificação do Território
DR5. Reforço do Sistema Urbano Regional	Acessibilidade Física, Funcional e Virtual	O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas...	Território Residencial Apelativo		Desenvolvimento Local
DR1. Revitalização Demográfica		A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar...		Promoção da coesão social e da empregabilidade	

ANEXO II – Informação estatística de suporte

Anexo II.1. Atualização de indicadores estatísticos

Nas páginas seguintes apresenta-se um conjunto alargado de indicadores estatísticos, cobrindo diversos domínios de análise, que permitem analisar a evolução do Alentejo Central no período que decorreu entre a formulação da EIDT 2014-2020 e a atualidade.

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
População residente (N.º)	INE, Estimativas anuais da população residente	População	10 374 822	733 370	159 861	10 276 617	705 478	152 865	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo
Superfície em km2	PORDATA	Território e Ordenamento	92 212,0	31 604,9	7 393,5	92 212,0	31 604,9	7 393,5	Dados mais recentes - 2018
Densidade populacional (N.º/km²)	INE - Estimativas anuais da população residente	População	112,5	23,2	21,6	111,4	22,3	20,7	Dados mais recentes - 2018
Jovens (%) - menos de 15 anos	PORDATA	População	14,5	13,2	12,8	13,8	12,6	12,3	Dados mais recentes - 2018
População em idade ativa (%) - 15 aos 64 anos	PORDATA	População	65,5	62,5	62,5	64,6	62,0	61,7	Dados mais recentes - 2018
Idosos (%) - 65 e mais anos	PORDATA	População	20,1	24,3	24,8	21,7	25,4	25,9	Dados mais recentes - 2018
Saldo migratório (N.º)	INE, Indicadores demográficos	População	-30 056	-5 151	-1 404	11 570	-1 394	-594	Dados mais recentes - 2018
Saldo natural (N.º)	INE, Indicadores demográficos	População	-22 423	-4 785	-1 057	-25 980	-5 078	-1 077	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Taxa bruta de natalidade (‰)	INE, Indicadores demográficos	População	7,9	7,0	6,8	8,5	7,6	7,6	Dados mais recentes - 2018
População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º)	INE, População estrangeira com estatuto legal de residente	População	390 113	23 751	3 600	416 682	24 469	3 897	Dados mais recentes - 2017 Mais dados do SEF
População estrangeira em % da população residente	PORDATA	População	3,8	3,2	2,2	4,6	3,7	2,7	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo
Índice de envelhecimento (N.º)	INE, Estimativas anuais da população residente	População	141,3	186,5	196,4	159,4	203,1	238,5	Dados mais recentes - 2018
Indivíduos em idade ativa por idoso	PORDATA	População	3,3	2,6	2,5	3,0	2,4	2,4	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	9,4	8,7	9,1	5,4	5,2	4,9	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (dezembro)	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	598 581	37 227	8 450	339 035	22 122	4 360	Dados mais recentes - 2018 Dados de Dezembro
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual)	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	540 823,8	35 872,8	8 130,4	298 069,6	20 138,7	4 026,0	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) < 25 anos	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	74 624,5	5 532,3	1 333,0	34 368,2	2 970,6	700,8	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) 25-34 anos	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	121 791,3	8 928,9	2 143,6	59 685,5	4 648,2	961,3	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) 35-44 anos	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	138 318,6	9 436,1	2 265,7	68 553,8	5 005,3	1 032,5	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) 45-54 anos	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	144 790,2	8 832,5	1 966,0	74 786,6	4 903,5	975,6	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) 55 anos ou mais	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	125 041,4	7 406,5	1 415,7	95 315,1	5 419,3	978,0	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), sem o ensino secundário	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	380 387,1	25 552,0	5 474,2	198 580,4	14 553,6	2 815,2	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), com o ensino secundário	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	10 046,4	1 377,5	2 444,0	86 671,8	6 038,4	1 272,9	Dados mais recentes - 2018
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), com o ensino superior	PORDATA	Emprego e Mercado de Trabalho	82 189,9	4 537,9	1 205,7	47 457,0	2 354,9	416,8	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Pensões	PORDATA	Proteção Social	3 627 161	306 240	68 953	3 569 693	291 662	65 870	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações
Pensões no total da população residente com 15 e mais anos (%)	PORDATA	Proteção Social	40,8	48,1	49,4	40	47	49	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações
Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social	PORDATA	Proteção Social	245 668	17 391	3 635	144 135	9 450	1 693	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo
Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	PORDATA	Proteção Social	2,8	2,7	2,6	1,6	1,5	1,3	Dados mais recentes - 2018
Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social	PORDATA	Proteção Social	320 554	24 600	5 670	282 254	20 786	4 487	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo e Grupo Etário
Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	PORDATA	Proteção Social	3,6	3,9	4,1	3,2	3,4	3,3	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Produto interno bruto, a preços correntes - Base 2011 - € (milhões)	INE, Contas económicas regionais	Conta Regionais	173 079,1	11 104,4	2 304,1	194 613,5	12 736,4	2 599,7	Dados mais recentes - 2017
Empresas não financeiras	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	1 128 258	78 102	18 455	1 242 693	84 139	19 686	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Atividade Económica
VAB das Empresas não financeiras (€)	INE, Contas económicas regionais	INE, Sistema de contas	76 130 692 143	3 223 709 640	586 046 263	92 690 115 941	4 188 602 396	760 883 448	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Atividade Económica
Taxa de natalidade das empresas não financeiras (%)	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	15,6	14,9	13,6	15,1	13,9	14,0	Dados mais recentes - 2017
Taxa de mortalidade das empresas não financeiras (%)	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	12,8	12,6	12,4	13,9	13,9	13,9	Dados mais recentes - 2017
Taxa de sobrevivência a 1 ano das empresas não financeiras (%)	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	76,3	71,7	72,0	73,8	72,8	73,9	Dados mais recentes - 2017
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	3 449 428	183 788	41 711	3 892 218	203 428	45 810	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Atividade Económica
N.º médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	3,1	2,4	2,3	3,1	2,4	2,3	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Atividade Económica

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Empresas com menos de 10 pessoas em % do total de empresas	PORDATA	Empresas, Pessoal e Produto	96,4	97,2	97,4	96,3	97,2	97,5	Dados mais recentes - 2018
População residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário (%)	PORDATA	Educação	64,4	69,4	-	59,5	64,1	-	Dados mais recentes - 2018
População residente com 15 e mais anos sem escolaridade (%)	PORDATA	Educação	9,0	13,68	-	6,73	10,07	-	Dados mais recentes - 2018
População residente com 15 e mais anos com Secundário e pós-secundário (%)	PORDATA	Educação	16,16	18,50	-	21,85	21,59	-	Dados mais recentes - 2018
População residente com 15 e mais anos com Ensino Superior (%)	PORDATA	Educação	16,46	12,06	-	18,70	14,28	-	Dados mais recentes - 2018
Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)	PORDATA	Educação	17	18	-	12	14	-	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo
Estabelecimentos no Ensino Pré-escolar	PORDATA	Educação	6 301	508	115	5 900	479	109	Dados mais recentes - 2017
Estabelecimentos no Ensino Básico - 1º Ciclo	PORDATA	Educação	4 645	422	97	4 209	382	83	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Estabelecimentos no Ensino Básico - 2º Ciclo	PORDATA	Educação	1 201	99	20	1 198	100	20	Dados mais recentes - 2017
Estabelecimentos no Ensino Básico - 3º Ciclo	PORDATA	Educação	1 469	135	27	1 478	133	28	Dados mais recentes - 2017
Estabelecimentos no Ensino Secundário	PORDATA	Educação	958	74	17	965	74	16	Dados mais recentes - 2017
Alunos do Ensino Não Superior	PORDATA	Educação	1 710 831	113 552	24 743	1 658 551	110 242	23 722	Dados mais recentes -2017 Mais dados por: Nível de Ensino
Estabelecimentos de ensino superior	PORDATA	Educação	295	20	5	290	20	5	Dados mais recentes -2018 Mais dados por: Tipo de Ensino
Alunos do Ensino Superior	PORDATA	Educação	242 875	5 823	5 823	241 235	6 335	6 335	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Sexo
Diplomados por 100 alunos matriculados no ensino superior	PORDATA	Educação	21,0	21,0	20,9	21,3	19,3	17,6	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Tipo de Ensino
Despesa em I&D na Educação em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,06	0,03	0,08	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Despesa em I&D na Promoção geral dos conhecimentos, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,15	0,08	0,31	Dados mais recentes - 2017
Estabelecimentos hoteleiros (N.º)	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	3 578	412	105	5 840	576	139	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por Tipo de Estabelecimentos: Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Moteis, Hotéis-apartamentos, Aldeamentos turísticos, Apartamentos turísticos,
Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	17 301 622	919 205	349 651	23 953 765	1 369 619	527 867	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Moteis, Hotéis-apartamento, Aldeamento turístico, Apartamentos Turísticos
Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	48 711 366	1 664 296	551 628	65 385 210	2 487 385	829 956	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Moteis, Hotéis-apartamento, Aldeamento turístico, Apartamentos Turísticos

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€) dos estabelecimentos hoteleiros	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	32	19	-	46	28	-	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por Tipo de Estabelecimento Hoteleiro: Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Motéis, Hotéis-apartamento, Aldeamento turístico, Apartamentos Turísticos
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes (N.º)	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	32,9	24,9	28,5	39,1	32,0	37,7	Dados mais recentes - 2017
Alojamento Local (Nº)	- INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	-	-	-	2 663	157	34	Dados mais recentes - 2017
Taxa líquida de ocupação cama (%) no Alojamento Local	- INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	-	-	-	37	23	23	Dados mais recentes - 2017
Turismo no espaço rural e de habitação (Nº)	- INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	-	-	-	1 419	295	72	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Taxa líquida de ocupação cama (%) no Turismo no espaço rural e de habitação	- INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Turismo	-	-	-	24	24	20	Dados mais recentes - 2017
Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) Total Nacional	DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	2 232 248,9	52 564,0	24 071,3	2 585 099,5	72 153,6	33 234,5	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Estado, Empresas, Ensino Superior, Instituições Privadas
Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%)	DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	1,29	0,47	1,04	1,33	0,57	1,28	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Estado, Empresas, Ensino Superior, Instituições Privadas
Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das empresas no PIB (%)	DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	0,60	0,22	0,13	0,67	0,31	0,32	Dados mais recentes - 2017
Pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D - N.º)	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	46 877,6	1 030,3	556,5	54 994,8	1 449,4	756,3	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Estado, Empresas, Ensino Superior, Instituições Privadas

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas (%)	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	4,7	3,2	2,2	4,8	4,2	3,6	Dados mais recentes - 2016
Despesa em I&D em exploração e aproveitamento do meio terrestre, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,03	0,03	0,04	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D em exploração e aproveitamento aeroespacial, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,01	0,02	0,07	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D em transportes, telecomunicações e outras infraestruturas, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,21	0,03	0,03	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D na promoção da produtividade e das tecnologias industriais, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,35	0,15	0,25	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D na saúde, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,24	0,02	0,04	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Despesa em I&D na agricultura em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,05	0,10	0,20	Dados mais recentes - 2017
Bens imóveis culturais (N.º)	Direção-Geral do Património Cultural	Cultura	4 413	705	253	4 546	729	265	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Monumentos, Conjuntos e Sítios
Museus	PORDATA	Cultura	392	59	16	430	67	20	Dados mais recentes - 2017
Visitantes de Museus	PORDATA	Cultura	11 749 732	510 357	250 890	17 174 986	927 230	651 330	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: visitantes escolares e estrangeiros
Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária: número de espaços	PORDATA	Cultura	1 058	140	39	1 023	130	39	Dados mais recentes - 2018
Sessões de espetáculos ao vivo	PORDATA	Cultura	29 666	2 412	360	33 404	2 057	427	Dados mais recentes - 2017
Número médio de espectadores por sessão de espetáculos ao vivo	PORDATA	Cultura	362	319	455	461	355	385	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Ecrãs de Cinema	PORDATA	Cultura	545	33	8	587	42	13	Dados mais recentes - 2018
Despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto em % do total de despesas	PORDATA	Cultura	8,7	10,4	9,6	10,3	12,2	10,8	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D em Cultura, religião e meios de comunicação social, em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,03	0,01	0,04	Dados mais recentes - 2017
Alojamentos Familiares Clássicos	INE, estatísticas das obras concluídas	Construção e habitação	5 919 580	473 051	98 849	5 954 548	475 140	99 308	Dados mais recentes - 2018
Edifícios de habitação familiar clássica	INE, estatísticas das obras concluídas	Construção e habitação	3 581 831	386 706	80 702	3 604 407	388 422	81 009	Dados mais recentes - 2018
Edifícios reabilitados no total de concluídos (%)	INE, estatísticas das obras concluídas	Construção e habitação	33,75	32,22	37,22	26,36	24,04	33,73	Dados mais recentes - 2018
Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar	INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios	Construção e habitação	6 979	393	59	20 205	832	155	Dados mais recentes - 2018 Mais dados por: Pessoas Singular, Organismo Público, Empresa Privada, Outros
Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas (N.º)	INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios	Construção e habitação	7,5	3,9	2,9	4,9	5,8	1,3	Dados mais recentes - 2018

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Valores médios de avaliação bancária (€/ m ²) dos alojamentos	INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios	Construção e habitação	1 006	866	937	1 272	1 055	1 155	Dados mais recentes - Junho 2019
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local	Construção e habitação	-	-	-	4,80	3,47	3,65	Dados mais recentes - 2º Semestre de 2018
Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares	INE, estatísticas de preços da habitação ao nível local	Construção e habitação	830*	575*	401*	1 011	653	701	Dados mais recentes - 1º Trimestre de 2019 * 1º Trimestre 2016
Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local	Construção e habitação	-	-	-	77 723	4 227	981	Dados mais recentes - 2º Semestre de 2018
População servida por sistemas públicos de abastecimento de água (%)	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	-	90	89	-	91	90	Dados mais recentes - 2017
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	-	76	82	-	80	86	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Consumo de energia elétrica (kWh - quilowatt-hora)	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	46 148 597 857	4 469 845 185	651 586 374	47 716 459 410	4 834 369 389	732 991 471	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Atividade Económica e Consumo Doméstico, Não Doméstico, Indústria, Agricultura, Iluminação das Vias Públicas, Edifícios do Estado
Consumo doméstico de energia elétrica por consumidor (kWh/ cons.)	Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Energia	2 243	2 265	2 525	2 241	2 426	2 547	Dados mais recentes - 2017
Consumo total de energia elétrica por consumidor (kWh/ cons.)	Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Energia	7 235	9 361	6 470	7 350	10 074	7 250	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.)	Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Energia	0,52	0,73	0,52	1	1	1	Dados mais recentes - 2017
Consumo de energia elétrica na indústria por consumidor (kWh/ cons.)	Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Energia	321 544,2	506 877,9	135 590,7	167 977,3	286 413,3	160 657,5	Dados mais recentes - 2017
Consumo de energia elétrica na agricultura por consumidor (kWh/ cons.)	Anual - DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Energia	9 919,7	22 195,9	21 429,7	27 609,0	50 276,0	25 484,8	Dados mais recentes - 2017
Despesa em I&D em Energia em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,06	0,03	0,05	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	61,4	52,9	56,1	90,4	78,6	90,9	Dados mais recentes - 2017
Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	INE, estatísticas dos resíduos urbanos	Ambiente	29,2	24,8	9,6	38,0	43,7	57,9	Dados mais recentes - 2017
Despesas dos municípios em ambiente em % do total de despesas	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	9,1	6,8	6,0	8,7	8,3	5,6	Dados mais recentes - 2017
Despesas dos municípios em ambiente (€)	PORDATA	Ambiente, Energia, Território	595 736	46 269	9 404	630 213	59 687	9 177	Dados mais recentes - 2017 Mais dados por: Proteção da qualidade do ar e clima, Gestão de águas residuais, Gestão de resíduos, Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, Proteção contra o ruído e vibrações, Proteção da biodiversidade e paisagem, Outros domínios
Despesa em I&D no Ambiente em % do PIB	DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional	Inovação e Conhecimento	-	-	-	0,1	0,0	0,1	Dados mais recentes - 2017

RELATÓRIO FINAL

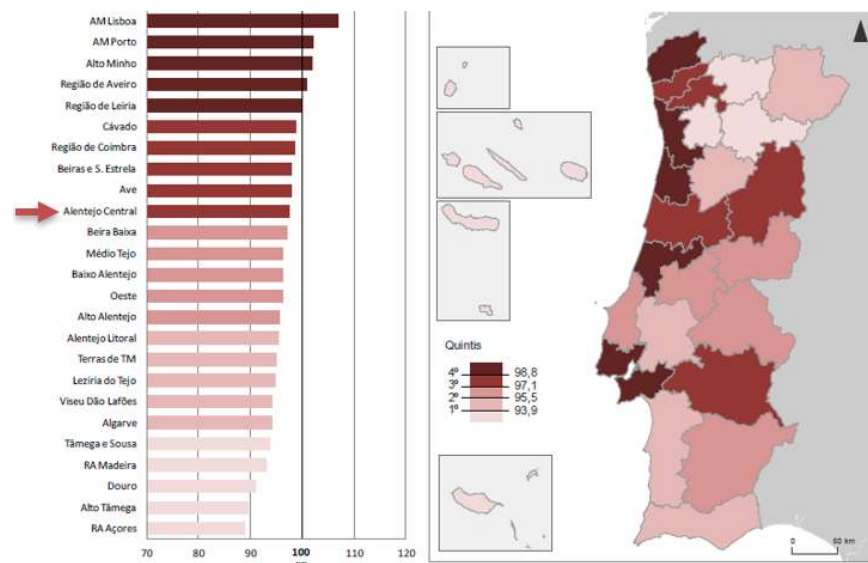
Indicador	Fonte	Domínio	2014			Dados mais recentes			Observações
			Portugal	Alentejo	Alentejo Central	Portugal	Alentejo	Alentejo Central	
Trabalhadores da Administração Pública Local	PORDATA	Finanças Autárquicas	116 275	14 201	3 512	120 230	14 558	3 535	Dados mais recentes - 2017
Despesas das Câmaras municipais	PORDATA	Finanças Autárquicas	6 520 905,83	678 694,00	155 792,52	7 272 543,20	718 329,27	164 392,02	Dados mais recentes - 2017
Receitas das Câmaras municipais	PORDATA	Finanças Autárquicas	6 939 898,99	689 882,17	155 649,78	7 746 395,04	742 597,68	163 786,31	Dados mais recentes - 2017
Receitas das Câmaras municipais com IMI	PORDATA	Finanças Autárquicas	1 467 510,25	81 458,83	15 754,62	1 456 147,42	78 751,40	15 207,44	Dados mais recentes - 2017
Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet (Nº)	INE, Estatísticas de Inovação e Conhecimento	Sociedade da Informação	149	18	6	190	25	7	Dados mais recentes - 2017

Anexo II.2. Evolução do posicionamento da NUTS 3 Alentejo Central - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (INE)

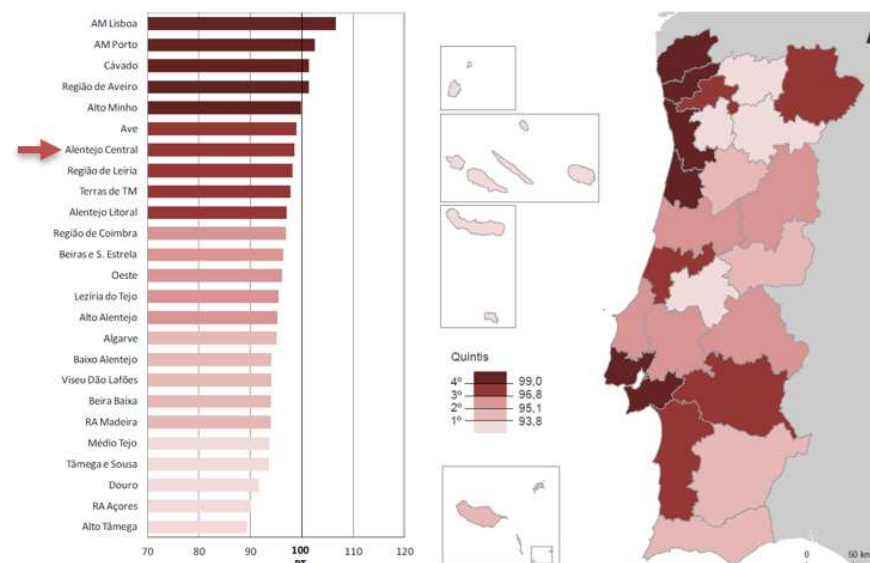
O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), definido e atualizado regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística, baseia-se num modelo conceitual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental. O ISDR é calculado anualmente para as regiões NUTS 3 do país. Com base numa matriz de 65 indicadores estatísticos, devidamente normalizados, obtêm-se quadro indicadores compósitos – competitividade, coesão, qualidade ambiental e índice global de desenvolvimento regional. Os quatro indicadores compósitos são apresentados por referência ao contexto nacional (Portugal = 100), sendo o valor nacional correspondente à média dos índices das NUTS 3 ponderados pela população residente. As opções metodológicas e a série anual dos resultados para o período 2011-2017 estão disponíveis em www.ine.pt.

A análise da evolução do posicionamento do Alentejo Central no contexto nacional, com a reserva de se tratar de um indicador compósito (que pode esconder contrastes entre o estágio de desenvolvimento em domínios específicos) e relativo (o valor de cada região depende da combinatória da evolução no quadro nacional), é um bom indicador de tendência.

Índice global de desenvolvimento regional



2014



2017

RELATÓRIO FINAL

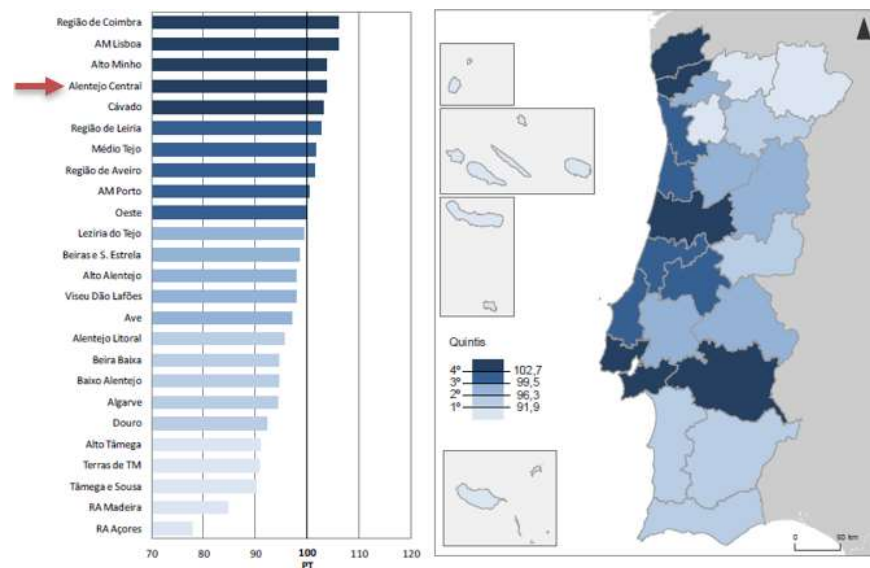
Em termos globais, o Alentejo Central aproximou-se, entre 2014 e 2017, da média nacional, embora se mantenha abaixo dessa referência, e subiu do 10.º para o 7.º lugar na escala das NUTS 3.

Essa subida deve-se, essencialmente, à evolução das componentes da competitividade (superando, em 2017, os 90 pontos e, embora mantendo-se abaixo da média nacional, subindo 6 lugares no ranking) e ambiental (embora com perda de 1 lugar no ranking, mantém-se acima da média nacional, tendo o seu índice crescido ligeiramente neste período).

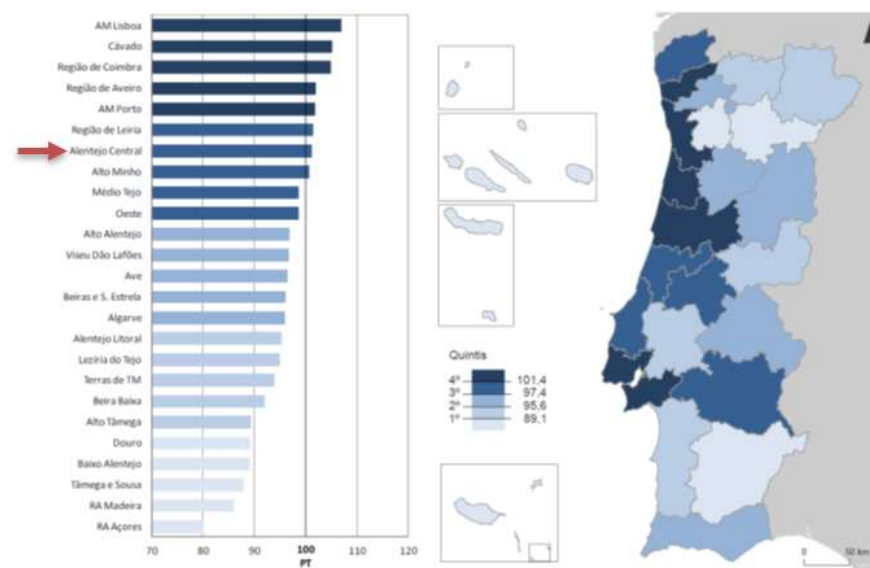
Já no caso da componente coesão, onde o Alentejo Central era a 4.ª NUTS 3 mais bem posicionada em 2014, há uma ligeira perda de valor – embora mantendo-se acima dos 100 pontos – e de posição, com queda para o 7.º lugar a nível nacional.

Em qualquer dos casos, em 2017, o Alentejo Central posiciona-se sempre acima da média da NUTS 2 Alentejo e, nesta região, apenas é superado pelo Alentejo Litoral na dimensão competitividade e, na qualidade ambiental, pelo Alto e pelo Baixo Alentejo.

Índice de coesão



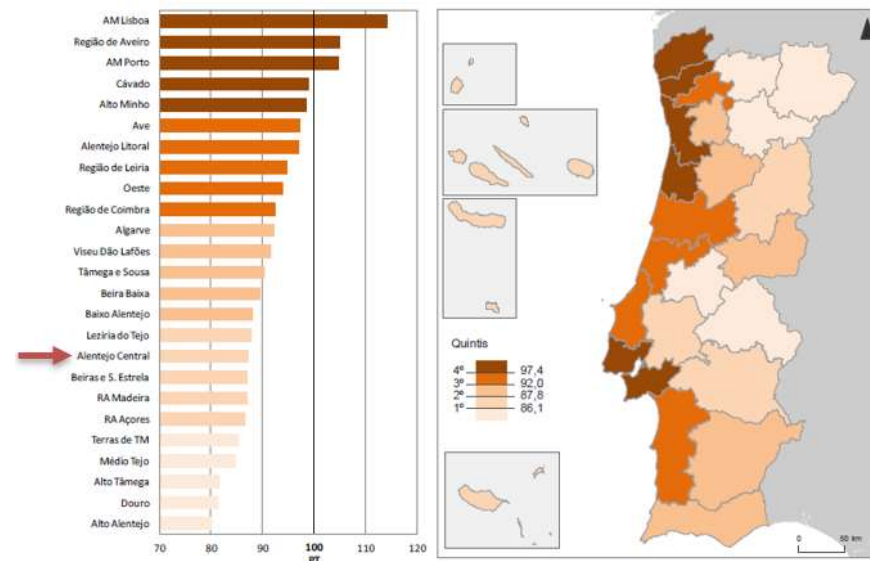
2014



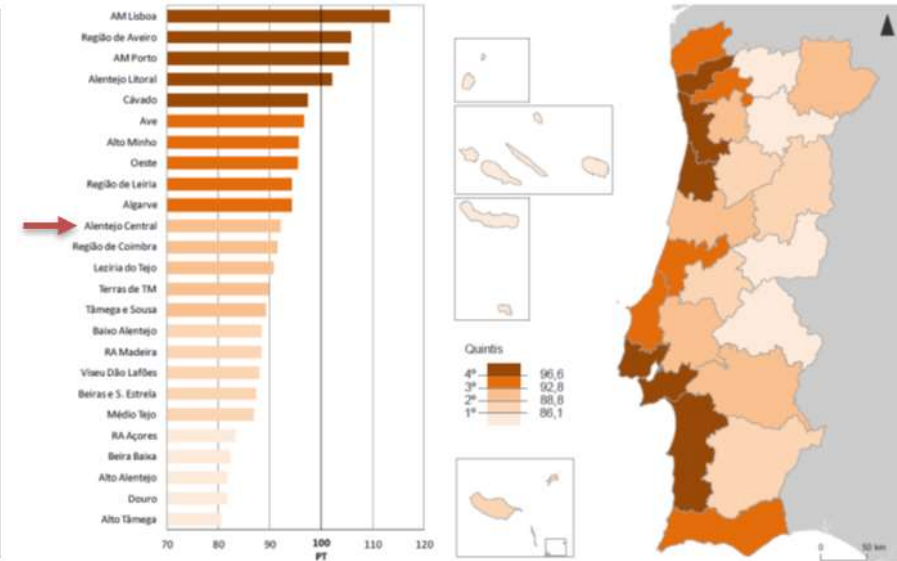
2017

RELATÓRIO FINAL

Índice de competitividade



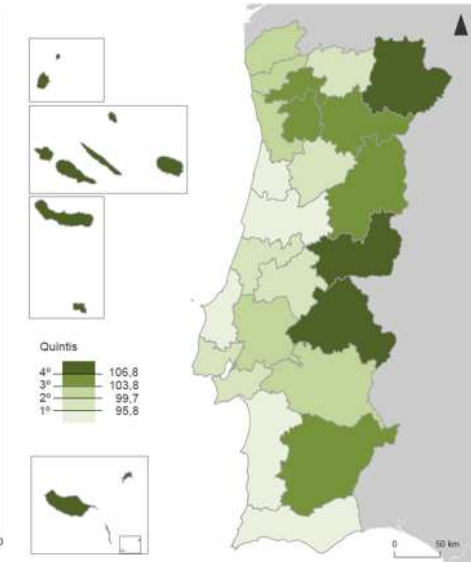
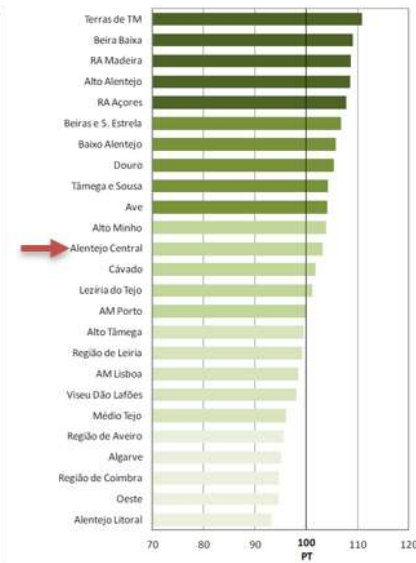
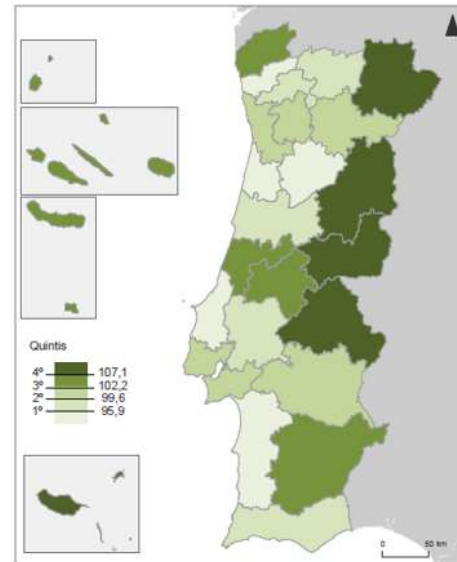
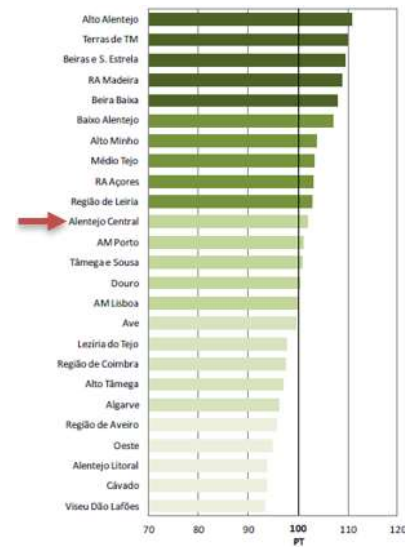
2014

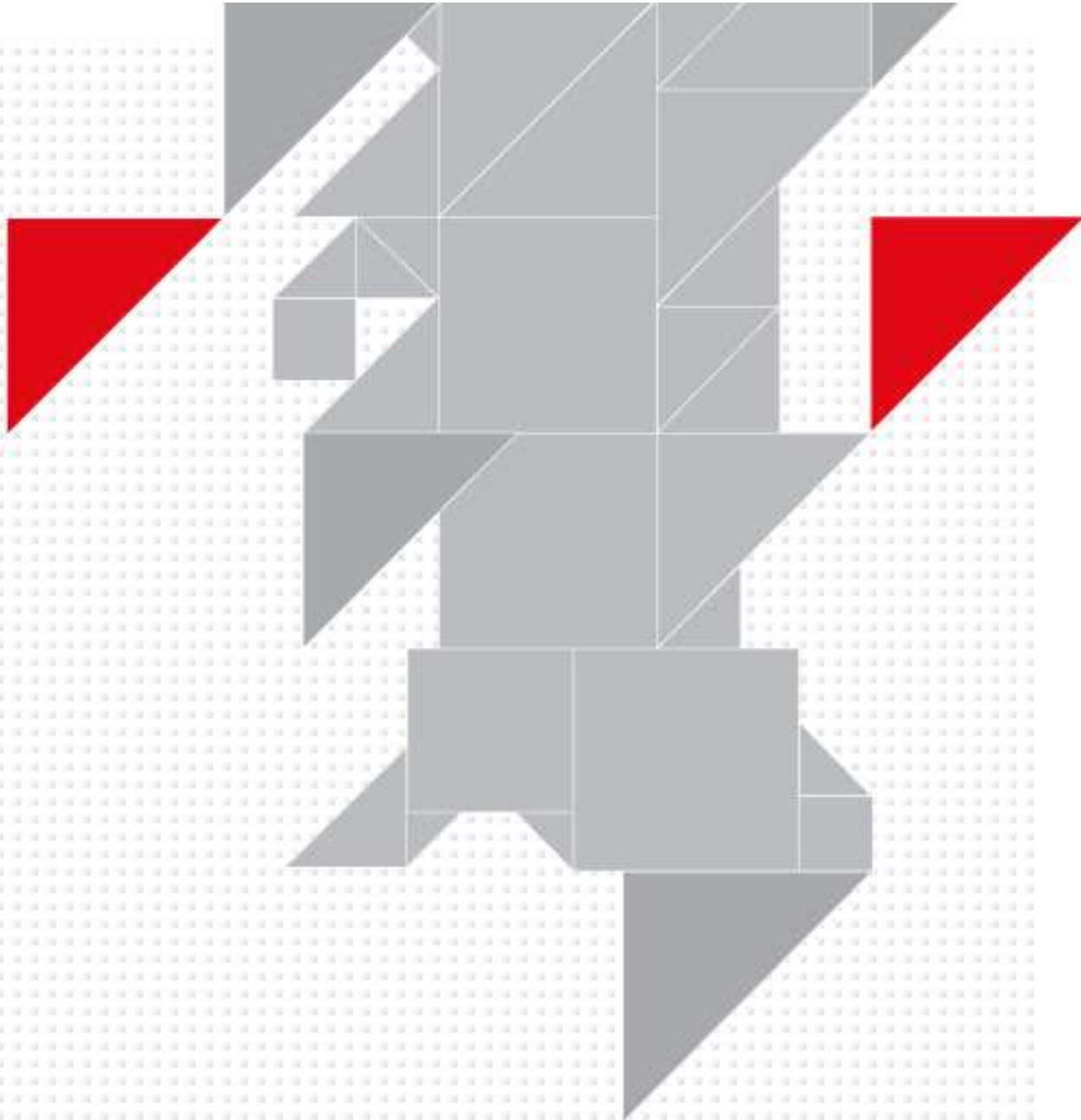


2017

RELATÓRIO FINAL

Índice de qualidade ambiental





Matosinhos

R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa

Avenida 5 de Outubro
Nº77 – 6º Esq
1050-049 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt